



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 15 de dezembro de 2022

----- Aos quinze dias do mês de dezembro, do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **1. Período de Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **2. Período da Ordem do Dia:**-----

----- **2.1** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2023;-----

----- **2.2** Tomada de conhecimento do Relatório Semestral dos Técnicos Auditores, sobre a informação financeira do Município de Águeda referente ao 1.º semestre de 2022;-----

----- **2.3** Eleição do representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Águeda, em substituição da Dra. Marlene na sequência do seu pedido de renúncia ao cargo na Comissão Alargada da CPCJ de Águeda;-----

----- **2.4** Apreciação e votação da Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei; -----

----- **2.5** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação do Protocolo de Colaboração n.º 85/2022, aprovado pelo Executivo Municipal a 17 de fevereiro de 2022 e pela Assembleia Municipal de Águeda, a 25 de fevereiro de 2022, e celebração de Contrato Interadministrativo com a Freguesia de Macinhata do Vouga; -----

----- **2.6** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação das deliberações tomadas pelo Executivo Municipal, a 23 de junho de 2022, e pela Assembleia Municipal de Águeda, a 30 de junho de 2022, que aprovaram a proposta de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Freguesia de Aguada de Cima, para atribuição de apoio financeiro, e aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a Freguesia de Aguada de Cima; -----

----- **2.7** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para atribuição de Apoio Financeiro;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **2.8** Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, José Filipe de Almeida Pereira, e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

----- Gilda da Luz de França Passos Vieira – PS;-----

----- Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT;-----

----- Hermínio da Conceição Marques Guapo – PS;-----

----- Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----

----- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP;-----

----- Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos – PPD/PSD.MPT;-----

----- Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

----- Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;-----

----- Daniela Carina Alves Mendes – PPD/PSD.MPT;-----

----- Rui Miguel Pires Moreto – CDS–PP;-----

----- Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----

----- Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----

----- António José Pires Ferreira – PPD/PSD.MPT;-----

----- Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente;-----

----- Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT;-----

----- Olivia de Sousa Passos – CDS–PP;-----

----- António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;-----

----- João Carlos de Oliveira Coelho – PPD/PSD.MPT;-----

----- Isabel Maria Santiago Ferreira – PS.-----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----

----- Albano Marques de Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----

----- Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha; -----

----- João Marques Pitau – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----
- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----
- Hugo Manuel Fonseca da Silva – Secretário da JF de Macinhata do Vouga; -----
- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----
- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
- Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----
- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
- Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----
- Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----
- Marlene Domingues Gaio – PPD/PSD.MPT – Vereadora -----
- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – Juntos – Vereador; -----
- Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----
- Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS - PP – Vereador; -----
- O Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte horas e trinta minutos, declarou aberta a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e cumprimentou todos os presentes:-----
- “Então muito boa noite a todos. Vamos dar início à quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, do ano de dois mil e vinte e dois. E permitam-me antes de mais cumprimentar e saudar começando pelas Sras. Secretárias da Mesa, os senhores Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia, também ao muito público aqui presente hoje, muito boa noite a todos, também àqueles que assistem a esta Assembleia pela transmissão da plataforma da Águeda TV, não temos comunicação social, eu estava aqui a ler as saudações da praxe, e terminando por também agradecer e saudar os funcionários do Município que das mais variadas formas tornam possível esta Assembleia e na pessoa deles também as senhoras da ILGP que fazem o favor de também nos ajudarem com a transmissão através da linguagem gestual. Desejo a todos um excelente trabalho nesta Assembleia, os pontos de facto não são muitos, mas são importantes, vamos tentar fazer desta Assembleia um bom trabalho e tentar produzir aquilo que para aqui somos chamados.”-----
- Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia começou por comunicar as informações que lhe foram comunicadas relativamente às ausências e as respetivas substituições.-----
- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----
- Verificaram-se as justificações de falta dos seguintes membros: -----
- A Deputada Ana Miguel Marques Neves dos Santos comunicou que não poderia estar presente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pelo que em sua substituição estaria Gabriel Oliveira Marques Arsénio; o deputado José Miguel Ramos Tendeiro comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida; o deputado Gabriel Duarte Pires comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Daniela Carina Alves Mendes; o deputado Abílio Ferreira Gomes da Silva comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria António José Pires Ferreira; a Deputada Gisela Valente Pinheiro comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria João Carlos de Oliveira Coelho; a Deputada Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro; a Deputada Ana Rita Antunes Pereira comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Hermínio da Conceição Marques Guapo; o Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Gilda da Luz de França Passos Vieira; o Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga comunicou que não poderia estar presente e que em sua representação está o Secretário Hugo Manuel Fonseca da Silva; o Presidente da União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba, Pedro António Machado Vidal, também comunicou que não poderia estar presente e que em sua representação estaria o Tesoureiro, Sérgio Manuel dos Santos Duarte. -----

----- De seguida, o Sr. **Presidente da Assembleia** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Portanto, passamos então ao momento da intervenção do público e como disse há pouco saudar a presença do numero elevado de público, o que dignifica esta Assembleia cada vez que a vossa presença aqui é vinda, portanto, é importante que de facto não só pelas plataformas, mas também presencialmente, portanto muito obrigado pela vossa vinda. Eu vou só lembrar que nós temos um período em termos regimentais fixado que é de vinte minutos para a intervenção do público e por cada intervenção temos também fixado um período de cinco minutos, portanto, não sabendo eu quantas pessoas vão querer intervir eu vou começar por solicitar que cada pessoa que queira intervir se manifeste já de início para depois poder fazer a gestão do tempo por todos para que haja possibilidade de todos poderem intervir. Começo já por perguntar quem é que quer intervir do público, que se manifeste. Apenas uma pessoa. Eu vou então pedir que se dirija aqui ao púlpito e que inicie o seu nome e a localidade, está bem? Muito obrigado. Para poder ficar gravado porque é essa a intenção. Ainda que não se tenham manifestado com esta minha interpelação na eventual necessidade de intervirem estão a tempo, depois eu vou voltar a perguntar se alguém quiser intervir. Muito obrigado. Faça favor.”-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Munícipe Maria Conceição:** -----

----- “Maria Adriana Oliveira da Conceição, nascida e residente em Belazaima do Chão. Sou membro de um grupo de cinco mulheres que iniciou este movimento para a desagregação das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão, hoje é que estou aqui e vou falar em nome e representação do grupo. Boa noite a todos. Cumprimento de modo particular o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. Filipe Almeida e restante Mesa, o Sr. Presidente do Executivo Enf. Jorge de Almeida, Srs. Vereadores e restantes membros da Assembleia. Permita-me também que cumprimente o público presente nesta importante Assembleia, quero em nome deste movimento felicitar todos os envolvidos e que contribuíram para a convocação desta Assembleia e para a apresentação desta iniciativa que vem propor a desagregação das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão dando voz à vontade da maior parte da população. Quando em agosto passado pensámos em promover esta iniciativa, perdão, informámos o Sr. Presidente da Junta da União, o Sr. Presidente e o Sr. Secretário da Assembleia de Freguesia da intencionalidade das nossas diligências, assim foi iniciado um movimento para a recolha de assinaturas na Freguesia de Belazaima do Chão onde foram recolhidas cerca de trezentas assinaturas, tal facto só por si suficiente para dar início a este processo. Essa recolha, ainda que tenha sido realizada em Belazaima, vem provar que existe uma vontade clara e inequívoca quanto ao desejo de reversão desta União de Freguesias. Ainda na sequência dessa recolha de assinaturas foram feitos contactos informais com residentes na Castanheira de Vouga e em Agadão e isso reforçou a nossa convicção de ser esta a vontade da população. Queremos lembrar aqui que não está em causa o trabalho desenvolvido por este Executivo nem pelos anteriores. Como sabem a agregação das Freguesias não resultou da vontade das populações, foi imposta no tempo da Troika com a ideia de que serviria para poupar recursos usando as virtudes da economia de escala e para otimizar e racionalizar a prestação de serviços à população. Passados quase dez anos com uma área territorial tão grande que é quase um quarto de todo o Concelho qualquer poupança que possa ter sido gerada teve como consequência um afastamento entre eleitos e eleitores porque minhas senhoras e meus senhores, não é fácil administrar uma área com esta extensão, numa zona serrana e ainda com vários lugares votados ao isolamento. Assim, muito obrigada! Embora forçadamente unidas por decreto estas três Freguesias sempre tiveram identidades sociopolítica-culturais diferentes, o que só por si é determinante quando se definem e traçam objetivos e estratégias de desenvolvimento. Assim, para aqueles que não são da região e para aqueles que o sendo desconhecem e ainda para o público aqui presente quero lembrar factos históricos que estão na origem das diferentes identidades sociopolítico-culturais das pessoas desta aba da Serra do Caramulo, assim Castanheira do Vouga foi constituída foral Manuelino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

em 1514, mais tarde foi vila e sede de Concelho até ao final do ano 1853, a esta vila estava associada também a Agadão. Belazaima tem as suas origens de forma documentada nos primórdios da nacionalidade e há vestígios de que lá viveram pessoas da época da dolménica. Em 1485 D. João II doou-o à irmã, Princesa Santa Joana. Mais recentemente o historial democrático de Belazaima foi determinante para a definição do carisma das suas gentes e começou nos anos cinquenta do século passado, aquando da eleição para a Presidência da República onde concorreram lado a lado Américo Tomás e o General Humberto Delgado, em Belazaima ganhou o General Humberto Delgado o que constituiu um facto inédito ao tempo. Em 1969 durante a primavera Marcelista – leia-se Marcelo Caetano, nas eleições para a Assembleia Nacional em Belazaima ganhou a lista da oposição democrática. É com esta maturidade e este querer que o povo sempre se conseguiu libertar das amarras do caciquismo político que imperava, votando naqueles que elegia em consciência e não em quem era instruído para o fazer. Hoje como ontem o povo sabe o que é melhor para si. Como podem constatar sempre fomos um povo com memória por isso eu acredito que poderemos ter futuro. Sentimo-nos orgulhosos da nossa história comum sobretudo aquando da implantação da democracia, em setenta e quatro, cuja Junta de Freguesia se manteve em exercício até às eleições em setenta e seis por já ter sido democraticamente eleita. Como todos sabem as Freguesias só têm com as competências que as Câmaras lhes quiserem atribuir, por isso mais importante do que ter muitos meios é ter presença na terra, é conhecer as pessoas, é ouvir as preocupações e anseios que têm, é apoiar as instituições e as associações que prestam apoios e que suportam o tecido social das populações. Tal como em outras vertentes o associativismo irá certamente tirar vantagens dos apoios diretos da Autarquia, porque minhas senhoras e meus senhores, o que importa e constitui verdadeiramente um valor acrescentado para as comunidades são as suas pessoas, é a sua capacidade de inovar e de realizar, todos sabemos que só com boas ideias capazes de gerar bons negócios é que temos potencial para produzir riqueza. Este é o momento para considerar aqui as questões da representatividade. Atualmente só um Presidente representa a união com as três Freguesias serão três os representantes desta zona serrana, tornando mais forte a voz deste povo. Após a desagregação em cada Freguesia voltará a ser possível negociar diretamente com a Câmara obras e intervenções prioritárias a realizar ano a ano no decurso dos mandatos, Belazaima, Castanheira e Agadão não têm que sair deste processo de costas voltadas, mas sim irmanadas para melhor resolverem os problemas das suas populações, aqueles que lhes forem comuns, com mais presença e mais proximidade. Hoje e aqui temos a grande oportunidade de elevar os valores de 25 de Abril, pois que a verdadeira democracia é dar com toda a legitimidade a voz ao povo, para poder decidir sobre as suas vidas e as orientações para o desenvolvimento das suas terras. E para aqueles



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que acham que a proposta é curta e magra, como já ouvimos dizer, relembro que a sua elaboração seguiu os critérios de orientação da lei número 39/2021, de 24 de junho, assim as signatárias do movimento e desta proposta não têm que desempenhar o papel que vai competir à futura comissão instaladora que será nomeada para tal, mas sim orgulhar-se do feito inicialmente proposto e que agora submetemos à vossa aprovação. Por isso, o que pedimos a todos os Deputados desta Assembleia é que votem a favor da desagregação para que possamos voltar a decidir individualmente os nossos destinos e prioridades com as particularidades e especificidades que marcam e definem cada uma das três Freguesias, cumprindo assim a vontade da população. Um bem haja a todos. Muito obrigada.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado eu pela sua intervenção. Volto a questionar se existe mais alguma inscrição para intervir do público? Mais nenhuma. Sr. Presidente da Câmara não sei se quer usar da palavra no seu período de intervenção.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, muito boa noite. Boa noite, cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento a excelentíssima Mesa, os Srs. Vereadores, os membros desta Assembleia, dar conta uma vez mais do nosso agrado por termos tantas pessoas presentes, isto demonstra claramente que estes temas são queridos às populações e, portanto, se são queridos às populações devem-nos ser queridos a todos nós. Volto a repetir aquilo que disse na última sessão, façam favor voltem mais vezes, gostamos de ver sinceramente esta plateia, no fundo, tão bem composta. Penso que não houve nenhuma interjeição, há aqui um posicionamento de uma munícipe e freguesa da União de Freguesias de Belazaima, Castanheira e de Agadão, é um tema que vai aqui ser debatido nesta Assembleia e naturalmente a única coisa que digo é saudar a minha colega Adriana e dar-lhe parabéns pelo texto que fez porque tem pés e cabeça na minha opinião. Muito Obrigado”. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Presidente. Bom, decorrido que está o período de intervenção do público agora passaríamos ao ponto de antes da ordem do dia, mas não sem antes dar nota que chegou à Mesa uma proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, de um voto de pesar e eu vou dar a palavra penso que é ao Sr. Deputado Paulo Tomaz, vai fazer o favor de apresentar a proposta.-----

----- VOTO DE PESAR -----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente e senhores membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e concidadãos aguedenses. Sr. Presidente da Assembleia, conforme tinha dito há pouco, abordámos não só o Partido Social Democrata como o CDS-PP e, portanto, este voto de pesar que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

terei agora a oportunidade de ler com a sua concordância é no fundo proposto pelas três forças políticas aqui representadas, o que muito nos honra. Portanto, passarei a ler. -----

----- Foi com a mais profunda consternação que recebemos a notícia do falecimento do nosso ilustre conterrâneo e cidadão de referência António Augusto Faria Gomes, pelo que os Grupos Municipais do Partido Socialista, do PPD/PSD.MPT e do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal de Águeda delibere um voto de pesar.-----

----- António Augusto Faria Gomes nasceu em 12 de maio de 1930, em Mortágua. Aos dois anos seguiu para Tondela e, mais tarde, para Coimbra, para iniciar os seus estudos em Medicina. -----

----- Em 1961, concluiu a especialidade em estomatologia e, no meio ano seguinte, permaneceu ligado aos Hospitais da Universidade de Coimbra. Depois de uma breve passagem por Santa Comba Dão e por Tondela, optou por abrir consultório próprio na nossa terra, em Águeda. -----

----- Ingressou no Serviço de Estomatologia do Hospital de Aveiro em 1974 e em 1985 regressou a Coimbra para abraçar a docência na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. -----

----- Foi médico do Hospital de Águeda, responsável pela cirurgia oro-maxilar e foi galardoado pela Ministra da Saúde, Maria de Belém, nos anos oitenta.-----

----- Após o 25 de Abril, foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Águeda até às eleições autárquicas de 1976 e ainda membro da Assembleia Municipal de Águeda. -----

----- Foi mandatário de candidaturas do Partido Socialista a eleições autárquicas, tendo integrado também listas candidatas ao Executivo. -----

----- Republicano convicto, foi um entusiasta da manutenção das comemorações da Batalha das Barreiras, que ocorreu em vinte e sete de janeiro de mil novecentos e dezanove, entre a Recardães e Serém, na qual Águeda teve um papel determinante ao travar os exércitos da Monarquia do Norte que rumavam do Porto para Coimbra. -----

----- Foi autor de vários livros, entre os quais, “Memórias da República: Monarquia do Norte”, “Evolução na Arte Dentária”, “Retalhos de Uma Vida” ou “Memórias do Passado e do Presente”, deixando um relevante legado para as gerações futuras. -----

----- Foi um interveniente ativo na vida social do Concelho de Águeda, designadamente, através da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Águeda, da Associação dos Bombeiros do Distrito de Aveiro, do Recreio Desportivo de Águeda, da Santa Casa da Misericórdia de Águeda, da ANATA, do Lions Clube de Águeda, da Confraria Enogastronómica “Sabores do Botaréu”, entre muitas outras entidades, nas quais deixou uma marca de elevada ética e de sentido de dever cívico.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- No seu percurso de vida recebeu distinções que integraram entre outros, o Judeu de Ouro e de ser sócio honorífico da ANATA, e mesmo um prémio especial de carreira saúde oral em dois mil e catorze.-----

----- Republicano, opositor ao Estado Novo, democrata, cidadão com princípios de integridade inabalável, leal, solidário, contribuiu notavelmente com o seu exemplo, para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e ética, assente na justiça social, como pilar de uma sociedade que se quer livre para todos.-----

----- A Assembleia Municipal de Águeda, reunida em 15 de dezembro de dois mil e vinte e dois, expressa o seu profundo pesar aos familiares e amigos de António Faria Gomes, sublinhando o enorme relevo do seu testemunho de vida e do seu legado para a sociedade aguedense.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado, muito obrigado pela apresentação da proposta e eu embora tenha aqui outra proposta vamos colocar à votação já esta, e eu começo por perguntar se alguém vota contra esta proposta, se alguém se abstém. Portanto, foi aprovada por unanimidade, faça constar.-----

----- Então passamos à proposta seguinte também do Grupo Municipal do PS e esta apenas e só de um voto de louvor e eu pergunto quem vem apresentar a proposta. Muito obrigado.-----

----- VOTO DE LOUVOR -----

----- **Deputada Isabel Maria Santiago Ferreira – PS** -----

----- “Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores e Vereadora, senhores Deputados e Deputadas, público aqui presente e a todos os que nos assistem pela Águeda TV.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista vem manifestar um voto de louvor pelo serviço prestado pelo Jornal Região de Águeda, jornal este fundado em oito de outubro de mil novecentos e noventa e oito, suspendeu a sua atividade vinte e cinco anos depois, na sua edição mil duzentos e trinta e quatro. É uma notícia que lamentamos e que não pode deixar qualquer responsável político indiferente.-----

----- Importa, pois, neste momento, realçar o papel dos seus trabalhadores, colaboradores, administradores e diretores, cujo trabalho faz parte da memória coletiva do Concelho de Águeda, sendo por isso justo louvar publicamente o seu serviço em prol da missão determinante e insubstituível da comunicação social.-----

----- O “Região de Águeda” foi um projeto jornalístico baseado na proximidade, na ética e no trabalho de rua, com profissionais competentes e empenhados em informar os factos, as diversas opiniões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sobre os mesmos, em dar voz ao contraditório, contribuindo para o aprofundamento da cidadania, como pilar essencial da democracia e da liberdade.-----

----- A suspensão de um projeto jornalístico é uma perda da comunidade, de vetores essenciais da sua identidade agregadora, que depende da informação e do debate para encontrar novos caminhos e preservar valores e tradições nos mais diversos âmbitos.-----

----- O Jornal “Região de Águeda” é um projeto, agora suspenso, quanto ao qual urge unir esforços para o seu renascimento, dada a sua utilidade pública.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Águeda, reunida em 15 de dezembro de dois mil e vinte e dois, aprova este voto de louvor ao trabalho desenvolvido pelo Jornal “Região de Águeda”, saudando reconhecidamente todos os que contribuíram para o desenvolvimento deste projeto.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado Miguel Oliveira.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpem quebrar o protocolo, mas vou cumprimentar a todos na figura do Sr. Presidente nesta primeira intervenção, porque é apenas para fazer uma declaração de apoio a esta iniciativa do Partido Socialista, dizendo que estamos – o Grupo Municipal do CDS, solidários com a iniciativa e que naturalmente a subscrevemos. Não nos foi oferecida a oportunidade de subscrever e, portanto, venho aqui declarar esse acordo. Pela minha parte em termos pessoais tenho de deixar uma palavra de agradecimento ao serviço cívico extraordinário que os profissionais do Jornal “Região de Águeda” fizeram ao longo de décadas e, no meu caso pessoal, pela oportunidade que me deram de expressar os meus pontos de vista sem adulterações ou cortes ou qualquer espécie de censura. E, portanto, neste espírito elevado democrático e cívico entendo que se justifica completamente o louvor que aqui é proposto. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Moreira também, por favor. -----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Boa noite a todos. Da parte do Grupo Municipal, juntos, PSD.MPT, obviamente que antes de mais lamentamos a suspensão de um projeto com vinte e cinco anos praticamente, porque a comunicação social é das coisas mais importantes, ainda mais numa região como a nossa extremamente dispersa, entendemos que é a capital e foi muito importante e continuaria a ser e acreditamos que não passará de uma suspensão e obviamente que reconhecemos esse mérito e queremos associar também à iniciativa do Partido Socialista e manifestar também a nossa, digamos, a nossa sensibilidade para este tema e que as coisas se resolvam pelo melhor. Sr. Presidente, tenho dito.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Portanto, vamos então colocar à votação a proposta. Portanto, alguém vota contra, alguém se abstém. Aprovada também por unanimidade. Muito obrigado.-----

----- Ora, passamos então ou passemos então agora ao período antes da ordem do dia e obviamente escusar-me-ei de relembrar os tempos que cada Grupo Municipal tem de intervenção, cada um já sabe, já estão habituados, portanto, o que vos quero apelar obviamente pois será a vossa a capacidade de síntese para poderem de alguma forma delinear tudo o que querem dentro do tempo previsto. Eu começo por questionar quem é que quer já se inscrever para o ponto. Sr. Presidente Paulo Tavares, Sr. Deputado Mauro, Sr. Deputado António José. Sr. Presidente, faz favor!-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:**-----

----- “Boa noite, Sr. Presidente, suas secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas de Assembleia, público aqui presente. Como referi na última Assembleia estava a preparar uma resposta naturalmente a esta questão toda do cemitério de Segadães e irei dividir a minha intervenção em duas partes. Eu não vou ser demasiado longo porque senão estaria aqui a contar pormenores que se calhar não têm interesse, pelo menos por enquanto, irei primeiro fazer uma primeira introdução a explicar de uma forma genérica a problemática e depois então virei cá nos pontos que eu entender levar mais a pormenor a explicação e a prova, então virei cá. Então tenho aqui, como disse, em primeiro uma pequena intervenção. As poucas campas disponíveis no cemitério de Segadães é um problema que já em dois mil e treze pela altura da União de Freguesias se colocou, contudo o Executivo cessante à altura informou que não era um problema grave pois vendiam-se poucas campas novas, os anos seguintes provaram que esta afirmação estava correta. Em dois mil e dezoito, já na qualidade de Presidente, procurei prever o futuro e paulatinamente concretizar o processo de ampliação do cemitério existente. Da abordagem à Câmara Municipal resultou a indisponibilidade desta em apoiar a aquisição do terreno, mas em ajudar em tudo o resto, compreendi os motivos da recusa que considero válidos ainda hoje. Havendo indisponibilidade financeira da junta para concretizar por si a compra, o assunto foi a relativizado muito embora não esquecido. No início de dois mil e vinte e dois perante um excecional número de venda de campas colocamos à consideração da população dois caminhos que podem coexistir: a ampliação com a aquisição de um novo terreno que demoraria e demorará seguramente cinco a dez anos para concretizar ou o aproveitamento de parte do espaço existente onde se situava a antiga igreja, referindo que esta solução era da preferência da junta pois resolveria no imediato o problema, salvo uma exceção a população não se manifestou. O nosso intuito era efetuar esse alargamento em dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mil e vinte e três, mas em julho de dois mil e vinte e dois face à venda da última campa disponível optamos por construir um primeiro conjunto de campas, não sem antes durante sensivelmente duas semanas demarcar o local com cordas. Novamente ninguém se manifestou. Face ao descontentamento que essa construção desencadeou estive desde essa data e até hoje sempre disponível para falar, reunir e esclarecer com toda e qualquer pessoa da Freguesia. A generalidade das pessoas da Freguesia tal como eu não gostam do aspeto atual da obra, mas confiam que faremos uma intervenção que dignifique o local. A recente disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara em apoiar a aquisição do terreno criou num pequeno grupo de pessoas, que não representa a Freguesia, a ideia de que existe uma alternativa imediata face à alternativa encontrada, o que não é verdade. Essa alternativa apenas será uma realidade se a Câmara Municipal atribuir um apoio financeiro a título extraordinário na ordem dos cem mil euros que permite a aquisição dos terrenos e a construção de todas as infraestruturas. Sempre tratei dos assuntos da Freguesia com transparência, objetividade e sem demagogias, vitimizações ou complexos de perseguição. O repto que deixo tanto às pessoas aqui presentes, como ao Sr. Presidente da Câmara é que façam precisamente o mesmo. Era apenas isto que tenho a dizer por agora, tudo foi explicado e fundamentado em pormenor em reuniões e Assembleias de Freguesia e daí, por agora, ter-vos poupado a detalhes. Quanto ao Sr. Presidente tenho-o defendido sempre, sobretudo de si próprio, mas como já lhe disse pessoalmente e aqui nesta Assembleia não posso abdicar de defender a minha imagem e a minha honra. Não vim aqui para lhe pedir explicações, pretendo apenas saber se ficou alguma dúvida acerca deste assunto depois do que acabei de dizer.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor.-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:** -----

----- “Boa noite a todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e os seguidores na Águeda TV. Eu vinha falar aqui acerca do assunto que tem sido muito badalado, que é o Mercado Municipal e as suas obras ou a falta delas. O Mercado Municipal de Águeda e segundo a reunião de Câmara de vinte e um de julho de dois mil e vinte foi aberto um concurso, um concurso público com um preço base de quatro milhões quinhentos mil e oitenta euros, é aprovado pelo Executivo nessa altura, em que tinha uma sujeição do aviso prévio do Tribunal de Contas e que segundo informações à data haveria uma comparticipação de oitenta e cinco por cento de fundos comunitários. Em fevereiro de dois mil e vinte e um foi adjudicado o projeto à empresa Sócertima, em vinte e nove do sete de dois mil e vinte e dois a empresa contratada, foi contratada uma empresa para reformulação do projeto. Ora, esta reformulação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

projeto segundo a divisão e execução de obras municipais prende-se com projeto de estabilidade – não vou estar aqui a descrever o que é que é o projeto de estabilidade nem de arquitetura e projeto de redes de abastecimento de águas, de água e águas pluviais, de drenagem de águas residuais e afins. Ora, esta empresa foi contratada, que se chama R5 e Consulting Engineers, para a reformulação do projeto, penso que será destes três ou quatro itens dos projetos de especialidades, para um valor de setenta e três mil e novecentos euros. O segundo, segundo novas informações, houve uma proposta executiva em trinta de novembro de dois mil e vinte e dois que surgiu na sequência de um pedido de esclarecimento, listas de erros e omissões nos projetos, portanto, temos no tal projeto de arquitetura, de estabilidade, no projeto de segurança contra incêndios aprovado, a compatibilização do projeto elétrico e compatibilização de redes de águas pluviais. Portanto, estima-se que estes erros e omissões ascendam a dois milhões e cem mil euros de trabalhos, penso eu, a mais. Podem ser a mais, mas são considerados que estão fora do projeto inicial serão trabalhos a mais. Ora, a minha as minhas questões são as seguintes: aquando da abertura do concurso público eu queria tentar perceber quem é que elaborou o caderno de encargos desta obra, isto é a primeira questão. A segunda questão é a seguinte: existem prazos na lei dos concursos públicos em que a empresa em que seja adjudicado o projeto tem X dias, ela já avaliou o projeto quando concorreu, como é óbvio, não é? E depois de lhe ser adjudicado o projeto também tem X dias para estudar novamente o projeto e perceber se existem erros ou omissões no projeto. Estamos em dois mil e vinte e dois, portanto, concurso em dois mil e vinte, adjudicação em dois mil e vinte e um, em vinte e nove do sete de dois mil e vinte e dois foi contratada uma empresa para colmatar as falhas dos projetos e eu gostava de perceber quando é que... qual foi a data em que a Câmara ou a empresa deu conta que havia estes erros e omissões, estas são as minhas questões para já porque dependendo da respostas eu depois tenho outras questões, nomeadamente face à lei que existem aqui responsabilidades, existem responsabilidades pelos trabalhos de suprimentos dos erros que estão emanadas aqui na lei, nomeadamente dos artigos 375, 76, 77 e 78 do código dos concursos públicos, em que alguém tem que ser responsabilizado pela falta de análise destes projetos e eu gostava de perceber, gostava de perceber quem é que poderá ser responsabilizado por estas falhas e omissões num projeto desta magnitude. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Ferreira, por favor.-----

----- **António José Pires Ferreira – PPD/PSD.MPT:** -----

----- “Boa noite a todos. Permita-me cumprimentar todas as pessoas presentes na sua pessoa, Sr. Presidente da Mesa. Nós nos últimos tempos temos assistido um pouco por todo o país a centenas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

talvez milhares de ocorrências consequência dos vários eventos meteorológicos adversos, em especial resultante de precipitação intensa, elevada e frequente. Geralmente estas consequências colocam em causa o normal quotidiano das pessoas e da própria sociedade civil com avultados prejuízos quer para as infraestruturas quer infelizmente também muitas vezes com vidas humanas e sobre esta temática das inundações urbanas e sobretudo pensando num histórico recente daquilo que é sobretudo o Concelho de Águeda e propriamente a cidade, a baixa de Águeda, realço que nestes últimos dias a cidade não ter sido notícia quando é habitual ser notícia, diria que o não ser notícia às vezes não é mau e diria que neste caso é ótimo não ser notícia, e esta introdução é para lançar uma pergunta ao Sr. Presidente talvez um pouco ainda prematura, mas se já é possível avançar ou se é possível efetuar uma avaliação do real impacto que as obras, que as infraestruturas executadas no âmbito da primeira fase daquilo que era previsto no Plano Geral de Drenagem da cidade de Águeda, se já houve uma avaliação do real impacto que essas obras poderão ter tido na tal mitigação dos efeitos e do atenuar das consequências que por norma estes efeitos ou estes eventos meteorológicos adversos têm na nossa cidade.-----

----- E a minha pergunta é basicamente dizer que geralmente estas obras, a importância destas obras tem a ver sobretudo com algo, ou melhor, muitas vezes as pessoas quando existem estas obras tendem sempre a dizer que, ok, vamos agora fazer a obra e este risco nunca mais vai ocorrer. Da minha experiência eu diria que não há risco zero e geralmente estas obras servem mesmo única e exclusivamente para minimizar os impactos e a minha pergunta vai nesse sentido, se já houve uma avaliação que se possa ser divulgada dos reais impactos que essa obra teve no atenuar das consequências. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma inscrição para o período antes da ordem do dia? Não. De momento o Sr. Presidente quer usar da palavra, por favor. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sim, Sr. Presidente, claro, fui aqui naturalmente invetivado sobre determinados assuntos e, portanto, naturalmente que vou tentar dar-lhe resposta, a melhor resposta possível. -----

----- Relativamente à questão do cemitério de Segadães, eu acho que nós continuamos aqui a lavar num equívoco, num grande equívoco, esse assunto não é daqui, é mesmo da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia, indiscutivelmente e, portanto, não vale a pena estarmos aqui, eu tive sempre o cuidado de o remeter para lá e é exatamente lá que ele deve ser tratado, aqui restamos o papel que me cabe e que nem é bem aqui, há de ser aqui depois de nós nos entendermos e o entendimento que temos das duas reuniões que já tivemos sobre este tema foi muito simples, estou a aguardar que venha uma proposta em concreto para nós avaliarmos e vermos de que forma é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

podemos apoiar. Quanto ao resto, muito sinceramente, eu dá-me ideia que o que acontece aqui, indiscutivelmente o Sr. Presidente naturalmente tomou a opção que tomou sepultou uma pessoa neste momento fora do cemitério, é provável que a sua população não tenha gostado, percebo é pá, mas naturalmente todos nós percebemos, o que importa agora é resolvermos esta questão e, portanto, muito sinceramente eu acho que este assunto é para ser tratado no gabinete da forma como nós entendemos e que tratamos sempre destas coisas para poder vir aqui um eventual apoio, um eventual apoio que dependerá da sua proposta de que eu estou à espera como bem sabe e estamos todos de acordo, e estamos todos de acordo. Quanto ao resto, este assunto é para debater na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas porquê? Porque é da estrita competência da junta, o que se coloca aqui é se a Câmara vai apoiar ou não vai apoiar, mas atenção, o apoio é exatamente isso, não é uma competência da Câmara, é um assunto para a junta resolver. Portanto, estamos entendidos, penso que estamos muito bem entendidos e não há dúvida nenhuma sobre isso. -----

----- Relativamente à questão do mercado, o Deputado Mauro coloca aqui umas questões e percebi que não há problema nenhum nós explicarmos rapidamente isto. O senhor peço-lhe desculpa de ter percebido que misturou ali determinados temas e depois de uma forma tão linear. Muito bem. A intervenção no mercado, há um concurso público para a escolha de um projeto, de um gabinete projetista e fizemos um concurso público, um concurso público é uma coisa aberta a todos e naturalmente que quem apresenta a melhor proposta e as melhores condições é quem é escolhido. Esse gabinete tem um nome, chama-se Ciratecna, é Vila Franca de Xira e volto a dizer, foi escolhido no âmbito de um concurso público, portanto, com outros concorrentes aquele foi o que venceu. A assinatura do contrato ocorreu em dois mil e dezassete ainda, dois mil e dezassete. Entretanto, o gabinete tivemos várias reuniões, dissemos-lhe o que queríamos, naturalmente da obra do mercado, lembram-se perfeitamente de termos colocado o mercado numa lista de prioridades das obras que tínhamos para o plano, o chamado PEDU, que pertence ao quadro de financiamentos do Portugal 20/20 e que naquela altura havia um conjunto de três hipóteses em que o mercado estava em terceiro lugar, eu lembro-me que era o Canário Lucas em primeiro lugar, o segundo lugar o Instituto da Vinha e do Vinho para fazermos lá umas obras e depois em terceiro lugar o mercado. Atenção, a situação do mercado levou-nos... e a situação estamos a falar de quê? O mercado tinha graves deficiências neste momento de funcionamento e nomeadamente questões que poderiam implicar que organismos, nomeadamente a ASAE, colocassem em causa e fechassem determinados espaços que lá estavam porquê? Porque já não correspondiam minimamente àquilo que é exigível mesmo em termos legais para que funcionasse o mercado. Foi opção do Executivo, do Executivo anterior,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

passarmos a primeiríssima prioridade para o Mercado Municipal e naturalmente que este gabinete de projetistas escolhido desta forma que se entende, começou a trabalhar. À medida que foi fazendo o projeto sentiu-se depois a necessidade legal porquê? Porque a envolvência e o volume financeiro que já... do projeto que já estavam a elaborar obrigava a isso, foi contratada uma segunda empresa projetista para fazer a revisão do projeto conforme a lei, eu diria que estávamos completamente tranquilos e tínhamos tudo para o estar porque tínhamos uma empresa que estava, um gabinete de projetista que naturalmente que teve que mostrar credenciais para ganhar o concurso a fazer o projeto e um outro diferente a fazer a revisão do projeto. Ou seja, a verificar se o projeto que estava a fazer, a ser feito em conformidade. Tudo muito bem e isto evoluiu. Primeira resposta à primeira pergunta, a pergunta é: quem é que elabora o caderno de encargos para o concurso? Naturalmente que resulta de quem? É o projetista que elabora o caderno de encargos e todas as peças desenhadas, o projeto é o projeto e o caderno de encargos é esse projetista depois, volto a dizer, de ter sido revisto. Lançámos o concurso e temos um único concorrente, vocês sabem da dificuldade que nós temos falado aqui várias vezes em muitas obras, da dificuldade de nos aparecerem a nós e a todos os outros Municípios e até aos particulares, empreiteiros disponíveis para fazer as obras. Contratualizámos, mandamos para o necessário visto do Tribunal de Contas que demorou uns meses, demorou uns meses, e quando tudo estava ok fizemos a consignação e começámos as obras do mercado, e as obras do mercado, se bem se recordam, começam com a instalação do mercado provisório, fazem parte integrante das obras que foram projetadas. Nesse momento os técnicos do empreiteiro, com os técnicos da fiscalização da do Município começam naturalmente a preparar a obra para arrancar e começam a ter, a verificar determinadas incongruências em termos de projeto, quem é que é questionado outra vez? O gabinete projetista, que começa a dar respostas, uma nota ainda porque também é importante, eu gosto de explicar muito bem. A fase de erros e omissões ocorre antes da apresentação da proposta, durante o período de concurso, antes da apresentação das propostas. Portanto, os eventuais interessados colocam as dúvidas que são remetidas pelo júri do concurso para o gabinete projetista que dá a respostas e isso aconteceu. As respostas de acordo com o projeto e de acordo, portanto, da responsabilidade desse gabinete projetista. Quando se começa mais tarde, portanto, agora voltando outra vez onde eu já ia, quando se começa a obra, começam a ser colocadas diversas dúvidas que são colocadas uma vez mais ao gabinete projetista, que primeiro começa a dar respostas, eu diria que não satisfatórias e depois numa fase mais adiantada chegou mesmo a deixar de dar respostas. Criámos aqui um problema porque temos uma empreitada a decorrer, uma empreitada cujo prazo está a decorrer e que tem que ser suspenso porquê? Porque não há condições por falta de resposta do projetista para poder avançar e tenho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aqui uma situação muito simples, temos mesmo um problema, porquê? Não tenho respostas, tenho problemas para iniciar a obra e tenho que perceber tudo isto e tenho do ponto de vista legal um problema que é a ligação que tenho ao projetista que tem inclusivamente direitos de autor sobre o projeto, direitos de autoria nomeadamente de arquitetura, há aqui logo uma questão legal, nós temos que fazer notificações, esperar as respostas ou não e avançarmos com o processo para quê? Até chegarmos à conclusão de que não tínhamos mais daquele lado o gabinete projetista que tinha sido contratualizado após o tal concurso público e foi quando nós partimos então para quê? Para a contratação de um novo gabinete que nos pudesse dar as tais respostas. Quando esse novo gabinete vem trabalhar, e volto a dizer, com os técnicos do empreiteiro e esse gabinete contratado pela Câmara e com os técnicos da Câmara começa-se a perceber que há ali incongruências muito maiores. Ou seja, o projeto que nós encomendamos e pagámos, o projeto que foi revisto e que pagámos a revisão afinal tinha deficiências graves. O processo é o que está aqui, qual é a questão agora neste momento? Primeira questão: responsabilização, naturalmente que estamos a avaliar tudo isto para responsabilizar quem? Os gabinetes projetistas e o da revisão já agora também, porquê? Porque afinal de contas se o primeiro errou, o segundo foi na mesma senda. Terceira questão, e essa que é importante: temos uma obra a decorrer, neste momento temos que avaliar todas as consequências de tudo isto e é fundamental, e é isso que ainda hoje tive uma reunião da Comissão de Coordenação da Região Centro, é fundamental garantir a continuidade do financiamento. O preço atual, olhe, eu fiquei tranquilo quando percebi que uma superfície comercial, passo a publicidade, o Bricomarché que foi inaugurado há uns dias custou cinco milhões de euros, nosso mercado vai custar seis e qualquer coisa, pelo menos o preço previsível, porquê? Porque é o preço previsível por parte do projetista, eu diria que é o preço máximo que pode custar, mas, portanto, se o Bricomarché custa cinco, o nosso custa seis eu muito sinceramente nós estamos absolutamente cientes que queremos fazer uma obra bem melhor do que esta superfície comercial, que muito sinceramente e sem desprimor nenhum, não é mais do que um pavilhão, um pavilhão com pouco mais, portanto, o mercado é algo muito mais elaborado. O processo é este, estamos naturalmente como sempre a enfrentar os problemas e a fazer tudo para os resolver da forma mais satisfatória e que melhor garanta o interesse das nossas populações. O mercado está absolutamente convencido que vai ser uma belíssima obra que nós vamos ali ter no fim para fazer e vamos tentar garantir até ao limite sempre, sempre, sempre, sempre os interesses do erário público. Penso que esclareci.-----
----- Depois relativamente à questão do António José Ferreira que nos vem aqui falar da questão do nosso sistema de drenagem, digamos assim, e de manutenção e de mitigação de cheias. Eu diria que neste espaço de tempo, dos últimos tempos em que tem chovido efetivamente muito e de acordo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

com as nossas observações, nós já tivemos três situações em que garantidamente teríamos tido cheias na baixa de Águeda. O sistema que é a primeira fase e que temos já a segunda iniciada num terreno que a Câmara adquiriu em Paredes, junto à capela de Paredes, adquiriu recentemente e, portanto, já lá estão iniciadas as obras da segunda fase, que é a replicação deste processo do lado de Paredes, eu queria-vos dizer que uma coisa é projetá-lo, uma coisa é percebermos a ideia em termos de projeto, a ideia é termos efetivamente a convicção de que estamos a fazer uma coisa bem feita e que ajudaria a tornarmos muito mais resiliente a baixa de Águeda às situações de cheias, portanto, eu diria que não vai, nenhum de nós pode garantir que numa cheia absolutamente extrema e que depois da água ultrapassar e galgar a cota dos muros, a altura dos muros do rio, aí não haverá nada a fazer. Queria-vos dizer que nestes anos todos que levo da minha observação das cheias nunca vi que tal acontecesse. Mas atenção, é perfeitamente possível que possa vir a acontecer numa cheia que, dizem os serviços técnicos, que poderia ser mais que centenária, mas pronto. E dizermos que funcionou plenamente, ver este sistema a funcionar eu digo-vos uma coisa, aquilo que pude partilhar, pude partilhar com muitos dos comerciantes e moradores da baixa, o tempo em que aquilo esteve a funcionar e foram momentos de alegria para todos por uma razão muito simples, porque inclusivamente no dia da primeira situação de cheia em que indiscutivelmente teríamos a Rua Vasco da Gama e até uma boa parte do Largo 1º de Maio e da Praça da República indiscutivelmente alagados, receber de manhã um telefonema de um dos comerciantes que disse “eu ontem vi aquilo a funcionar e eu fui-me deitar e foi a primeira vez na minha vida que eu fui dormir num dia de cheias em Águeda” e, portanto, isso foi... naturalmente que nos permite e dá-nos esta convicção de um trabalho bem realizado, que afinal de contas é aquilo que nós procuramos em todas as situações fazer, esta parece-me a mim que estamos a conseguir. Uma nota porque é importante que toda a gente perceba, atenção que as cheias de Águeda, no campo do Águeda e na margem esquerda do Águeda vão continuar a existir e esperemos sinceramente que aconteçam algumas vezes porque seria muito mau em termos ambientais que elas deixassem de existir, porquê? Porque a água toda que chove no Caramulo ela vai passar por aqui e vai continuar a passar, afinal a única coisa que nós temos é a margem direita na baixa de Águeda muito mais defendida e, portanto, aquelas questões que eram efetivamente notícia e que traziam aqui as televisões para vermos as nossas ruas alagadas agora irão acontecer com toda a certeza menos vezes. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Mauro.-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:** -----

----- “Sr. Presidente, então eu queria questionar, é o seguinte: se só foi dado conta dos erros e omissões agora com o gabinete técnico e com a Câmara e do empreiteiro, o empreiteiro o que é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

andou a fazer este tempo todo quando pegou nas peças do caderno de encargos e que não deu conta desses erros? Então deu agora conta... segundo as palavras do Sr. Presidente foi o gabinete técnico da Câmara juntamente com o gabinete técnico do empreiteiro que deram conta dos erros e omissões agora, por isso é que foi contratada a empresa para fazer o acompanhamento e para fazer os novos projetos de especialidade, então o empreiteiro teve dois anos para analisar o projeto? Concorreu ao projeto, analisou o caderno de encargos e não deu conta desses erros, só deu agora? É uma questão que se põe, porque se tem gabinete técnico e avalia a obra quando vai concorrer, não é, e até na própria lei, na própria lei lhe posso dizer que diz assim o seguinte: “o empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que não sendo exigível que tivessem detetados na fase de formação do contrato também não tenham sido por ele identificados no prazo de trinta dias a contar da data que fosse exigível a sua deteção”. Portanto, o empreiteiro tem prazos para cumprir na deteção de erros e omissões de um projeto desta magnitude. Ora, se o empreiteiro concorreu, analisou as peças do concurso, analisou o caderno de encargos e vem agora passado dois anos juntamente com o gabinete da Câmara dizer que, “afinal isto está aqui qualquer coisa que não está bem”, então o que é que andou a fazer dois anos o empreiteiro? Peço desculpa pela pergunta, mas acho que tem cabimento. Era só isto. Obrigado. “-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Presidente, a pergunta que me é feita tem que ser feita ao empreiteiro naturalmente. Ele pergunta o que é que o empreiteiro fez, a única coisa que eu lhe disse e vou-lhe repetir outra vez com toda a tranquilidade, eu respondi-lhe e fiz questão de estar a esclarecer exatamente tudo o que aconteceu até agora. Naturalmente que no meio desta história toda estamos aqui a analisar e a avaliar as questões e as responsabilidades e essas coisas todas, estamos a fazer esse trabalho, agora, tivemos um problema com o qual não contávamos, indiscutivelmente, eu não, é pá, atenção, na CCDR disseram-me que isto não é a primeira vez que acontece, mas que é raro é, é pá, calhou-nos a fava, ok, vamos resolver, é este o nosso papel, é para isso que nós... nós estamos aqui também para resolver problemas, isto às vezes não basta fazer assim e está tudo bem, sabe uma coisa? Tenho aqui anos suficiente para perceber que há problemas sempre e há situações dessas, é pá, nós estamos aqui indiscutivelmente para resolver. Você percebeu que também não está, portanto, há aí um conjunto de perguntas que faz que não estão completamente alinhadas com aquilo que se passa. Há um período de erros e omissões lá atrás que eu expliquei aqui o que é que terá acontecido, o que aconteceu nessa altura, a partir dali o empreiteiro chega e naturalmente que é para começar e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quando se começa é que começam a verificar que há incongruências. É só por aí, e que estão validadas. Portanto, está tudo certo. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Presidente. Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor. Tem tempo para intervir.-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:** -----

----- “Posso concluir então das suas palavras que confia no empreiteiro, e confia na terceira empresa ou segunda empresa que avaliou o projeto? Pode responder se quiser. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, obrigado. Olhe uma coisa, eu tenho que confiar com quem estou obrigado a trabalhar e temos que confiar uns nos outros, mas não é só isso, temos que verificar sempre, por isso é que a Câmara Municipal tem nomeada uma fiscalização, por isso é que a Câmara Municipal nomeou, contratou um outro projetista, um outro gabinete projetista para nos acompanhar em termos de projeto aonde? Onde os serviços da Câmara Municipal são insuficientes, esse gabinete, segundo gabinete, o terceiro já, neste caso, está contratado para a Câmara para defender os interesses da Câmara, é isso, eticamente é assim. Agora, há uma coisa que eu e o senhor não percebemos que é estas questões técnicas, eu não sou, aliás, mesmo que fosse engenheiro de certeza que não as conheceria todas por uma razão muito simples, neste projeto que tem alguma complexidade, bastante complexidade nós temos engenheiros de várias áreas, ok, portanto, são equipas técnicas, não é um nem outro, é isto. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia e senhores representantes da Câmara Municipal. Como bem vimos neste tema que agora foi abordado sobre o Mercado Municipal, a função que aqui é desempenhada pelos membros desta Assembleia Municipal nas suas várias sensibilidades com certeza, acaba por ser uma função importante a vários níveis desde logo para alertar quanto a determinados aspetos, quanto a sugerir, quanto a criticar, quanto a censurar, quanto àquilo que nos leve, no fundo, cada contexto consoante os nossos entendimentos. Para tal, como como todos sabemos e como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que além do mais é um ilustre jurista sabe, a lei determina uma quantidade de obrigações da parte dos órgãos, desde a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, a cada um de nós e uma quantidade de direitos, entre eles está o direito aos membros da Assembleia Municipal acederem a determinados documentos e informações. Ora, uma vez mais para não... eu acredito que a maioria do PSD/MPT esteja empenhada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

em que esta tradição não termine, o Partido Socialista vem perguntar quando é que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal irá junto do Partido Socialista fazer com que a lei se cumpra e em que, portanto, nós recebamos a quantidade de relatórios e documentação que há meses, mas muitos meses mesmo e reiteradamente pedida e já recebemos respostas de “é para a próxima, está para breve”, já ouvimos um aparte da última vez que é “estão quase 9 meses, está quase para nascer”, depois tivemos o exercício de direito à posição, sensibilizámos para este aspeto, “sim, sim, há de chegar”. A questão aqui é a seguinte: a relação não é entre o Grupo Municipal do Partido Socialista e a Câmara Municipal de Águeda, é entre o Grupo Municipal do Partido Socialista e quem representa e tem de defender institucionalmente esta Assembleia Municipal, que é o Sr. Presidente, que todos elegemos e que muito estimamos. Portanto, há aqui duas soluções possíveis porque os cidadãos e várias pessoas mesmo sem serem do Partido Socialista não entendem porque é que a Câmara Municipal não disponibiliza ao Partido Socialista as contas, ao Grupo Municipal do Partido Socialista, as contas de festividades que aconteceram no ano passado e que já foram pedidas reiteradamente. Portanto, eu só vejo duas alternativas e não quero acreditar em nenhuma delas: ou há uma enorme falta de respeito – podem rir-se tanto quando quiserem, ou há uma enorme falta de respeito democrático pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal por esta Assembleia Municipal, pelos cidadãos de Águeda e pelo Partido Socialista, ou há algo esconder, portanto, eu não acredito em nenhuma das duas, tenho a certeza que a Câmara Municipal não tem nada a esconder e também tenho a certeza que respeito esta instituição. Portanto, a minha pergunta é: Sr. Presidente Dr. Filipe de Almeida, quando é que algum dos documentos solicitados vai ser enviado por si ao Grupo Municipal do Partido Socialista? Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Paulo Tomaz. A Mesa da Assembleia, esta Mesa da Assembleia obviamente apenas poderá responder sob os temas em que lhe são familiares desde que tomou posse, portanto, tudo o que está para além de, aliás, a montante da nossa tomada de posse não me posso pronunciar até porque admito que eventualmente também na sua intervenção se possa referir a outros anteriores. Sr. Deputado, é assim, do que me recordo, com toda a honestidade e que a minha memória me leva apenas foi solicitado uma vez, julgo eu, pelo Sr. Deputado José Vidal, as contas relativamente ao período agora das festividades do Natal, esta questão do Pai Natal. Tenho ideia. Olhe, eu posso admitir até que não me recordo de tudo, mas para nós simplificarmos e porque já me foi solicitado por outros grupos municipais, outra documentação, acesso a outra documentação e eu cumpro a minha função e obviamente como deve compreender a minha função é enquanto Presidente da Assembleia solicitar ao Executivo o envio dessa documentação e dentro das prerrogativas que em termos regimentais e em termos legais me é possível interceder nesse sentido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e facultar-vos assim que elas me sejam entregues a mim também. Mas eu vou-lhe colocar o problema de outro modo: o interesse da Mesa da Assembleia é que de facto todas as questões sejam respondidas seja a quem for, aos grupos municipais, aos cidadãos, a qualquer entidade externa que tenha direito a acesso a alguma documentação. Portanto, eu vou-lhe solicitar e porque a intervenção é sua, em nome do Grupo Municipal do PS que me faça o favor de me colocar por escrito através de um email para eu poder eventualmente não falhar em nada de qual é a vossa pretensão e poder fazer o encaminhamento ainda que os mesmos tenham sido solicitados em sede de trabalhos dessa Assembleia. Peço-lhe esse favor porque facilita a vida a todos e certamente será muito mais proffcuo e é uma forma de trabalhar que de alguma forma também não deixa dúvidas. Porque agora está a ver, eu estou-lhe a dizer que não me recordo, para além desse admito que possa haver falha do meu lado, mas se estiver escrito não há falha para ninguém, portanto, é isso que eu lhe vou solicitar. Faz favor.” -----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, não há nenhum cidadão de Águeda que acompanhe com regularidade estas reuniões à distância, porque estas podem ser acompanhadas à distância, ao contrário das da Câmara, que não tenha presente que pedimos já, de memória lembro-me quatro relatórios. De memória recordo-me também que esse pedido de forma algo análoga já foi feito e recordo-me também que o líder do Grupo Municipal que hoje não pode estar presente, o José Marques Vidal, também já o fez. Portanto, não só foi pedido oralmente e não tem de ser pedido por escrito. Como foi pedido por escrito, como foi insistido, como foi reinsistido, como foi mais do que reinsistido, como recebemos gozo em resposta a isso e como neste momento me está a pedir encarecidamente. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal explicou-me duas coisas: P.S.: eu não tenho culpa, é a Câmara que não me entregou, foi isso que explicou. Por outro lado diz, “mas eu também não me recordo bem, portanto, é melhor meterem por escrito tudo”. Nós vamos fazer isso, vamos colocar outra vez, até lhe vamos fazer mais, vamos reencaminhar os emails, se quiser... vamos, então vamos tratar isso, em todo o caso recordo-me que o meu camarada José Marques Vidal e outros, o Mauro Ezequiel que ali está por várias vezes já o referiram aqui, estou a referi-lo novamente, eu conheço minimamente e sei bem que o Sr. Presidente da Câmara Municipal é um homem inteligente, o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal é também um homem inteligente, recordam-se perfeitamente, não acredito que não se recordem que há documentos que não entregaram ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para nos entregar. E, portanto, o que eu volto a dizer ao povo de Águeda, independentemente do partido em que tenham votado é que não foi até agora ao longo de muitos meses cumprida a lei e a lei é tão simples quanto: um Grupo Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pediu acesso a determinada documentação, em tempo razoável essa documentação vai, hoje querem colocar-nos a votar um orçamento que tem contas do AgitÁgueda, mas não entregaram ao Grupo Municipal do Partido Socialista as contas do último AgitÁgueda, hoje querem que o Partido Socialista de Águeda e o resto dos grupos municipais votem um orçamento que inclui o Natal em Águeda, mas não entregaram as contas de há 1 ano atrás apesar de solicitadas e volto a dizer, das duas uma, ou há alguma coisa a esconder, não é verdade de certeza, ou então há uma enorme falta de respeito pelas instituições democráticas e também por si, também não deve ser verdade de certeza, com certeza me ajudarão a chegar à terceira alternativa que aqui ocorra. Vamos enviar por escrito Sr. Presidente tudo novamente. Algumas das coisas há mais de 1 ano. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. É, de facto simplifica e eu vou corrigir aqui um pouco a minha intervenção de há pouco porque me fez recordar que de facto o Deputado Mauro Ezequiel já me solicitou e eu já enviei, é um facto, mas ainda não tenho resposta, aliás, tenho, mas tenho tido o cuidado de conversar com ele sobre isso e de lhe explicar que ainda não tenho resposta. Irei de qualquer das formas fazer aquilo que é as minhas funções no sentido que isso se cumpra. Agradeço. Eu vou dar a palavra, eu vou dar a palavra ao Sr. Presidente. Sr. Deputado, oiça, para não cruzarmos aqui conversas, para não cruzarmos conversas. Estava a dizer apenas de que já dei nota disso ao Sr. Deputado Mauro Ezequiel, portanto, mas agradeço que me faça o favor, Sr. Deputado ouça, estou a falar consigo. Agradeço que faça, mas não pode falar, sou eu que estou a falar. Agradeço que faça o favor de me colocar por escrito toda a documentação e se algumas delas é a repetição peço desculpa, faça o favor de me enviar que eu encaminharei conforme é a minha função. Muito obrigado. Sr. Presidente, quer usar a palavra? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----
----- “Sr. Presidente, só para esclarecer uma coisa porque às vezes no meio desta história toda nós ficamos assim um bocado tentados em irmos atrás de algumas nebulosas e não pode ser. Não há contrato nenhum que não esteja publicado e, portanto, são todos públicos, não há aqui nada para esconder, não há nada que esconder. Nós temos todos os contratos, todos os contratos que a Câmara celebra, com quem quer que fosse, com todas as entidades são naturalmente contratos públicos, públicos, tornados públicos, portanto, acessíveis a qualquer cidadão, mas independentemente disso ou hoje por exemplo, posso-lhe dizer que as contas do AgitÁgueda foram entregues na reunião de Câmara que tivemos hoje de tarde, naturalmente que estiveram prontas hoje, não estiveram prontas a tempo para ser remetidas junto com esta ordem de trabalhos. Agora, não há qualquer intenção até porque sabemos perfeitamente que o Sr. Vereador também fala com o grupo parlamentar e, portanto, também não há problema nenhum, rapidamente terá acesso e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

portanto, há uma outra coisa que lhe posso dizer, não, estas posso-lhas mandar já amanhã, entregámo-las hoje. Olhe, até se calhar estava a pensar que o Dr. Edson que as tinha aqui, se calhar até tem e, portanto, é muito fácil. Não, é que é completamente tranquilo, sem problema nenhum e não vale a pena estarmos aqui a estabelecer nebulosas, aliás, é uma estratégia que toda a gente percebe, nós estamos aqui sistematicamente a colocar dúvidas, sombras, coisas do género, é pá, não há, não há, a sério que não, nós damos...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, já terminou? Sr. Presidente da Câmara, já terminou?--

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Já terminei sim.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Com a devida vénia e todo o respeito a todos, qualquer cidadão aguedense entende o seguinte: a lei prevê que os grupos municipais têm o direito a solicitar a documentação, pediram, insistiram, voltaram a insistir, fazem barulho a pedir, passaram meses ou mesmo um ano, não entregaram, quem é que criou a nebulosa? Nós que pedimos e que estamos a insistir e a dizer “não temos condições para exercer o mandato que os aguedenses nos deram porque os senhores não nos facultam os documentos a que legalmente estão obrigados a facultar”, somos nós que criamos a nebulosa por insistirmos a pedi-los ou é a Câmara Municipal que os esconde e os não entrega que cria essa nebulosa? Quanto à documentação que o Sr. Presidente de Câmara e o Sr. Vice-Presidente estavam dizendo que entregaram hoje, entregaram hoje naturalmente em reunião de Câmara, é o que estou a depreender do que me disse, aos Vereadores presentes e não é isso que se trata, o que se trata é de entregar documentação ao Grupo Municipal que solicitou essa documentação e já vai lambarices, vai Natal em Águeda, vai AgitÁgueda, vão outras coisas, nós vamos fazer o detalhe de tudo isso e até com a data do primeiro pedido. E, portanto, tem de haver um tempo razoável, a resposta não pode ser como noutras circunstâncias, é muito fácil, tenho aqui até um papelucho para dar, tenho aqui no telemóvel, então se é porque é que não respeitaram a posição institucional do Presidente da Assembleia Municipal e lhe fizeram chegar esses documentos já para ele fazer chegar a nós? É só isto Sr. Presidente, não vir e atire lama, por favor, não criei nebulosa nenhuma, estou apenas a dizer quando é que se dignará a integrar os documentos que o Partido Socialista e os aguedenses têm direito de conhecer e o senhor tem obrigação de entregar, a partir daí são considerações suas.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente.---

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, há aqui um esclarecimento que o Sr. Vice-Presidente quer fazer, ora só um momento, se me permite.-----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal, Edson Carlos Viegas dos Santos:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Boa noite a todos. É uma coisa muito rápida e para as pessoas que estão aqui que não são Deputados, mas estão aqui connosco perceberem. Nós já apresentámos as contas do AgitÁgueda dois mil e vinte e um, do Natal de dois mil e vinte e um na prestação de contas, o que eles pedem e o que a oposição está a pedir neste momento é que as contas sejam colocadas num papelzinho e que sejam colocadas tipo um resumo, porque as contas estão todas na prestação de contas que foram aprovadas nesta Assembleia e pelos ROC, são aprovadas pelos ROC, e são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas e, portanto, todas as despesas do AgitÁgueda, festa de Natal, todas as Lambarices, está tudo aprovado, a única que não foi aprovada, que ainda não tinha sido entregue – para ficar claro, foram as contas do AgitÁgueda dois mil e vinte e um ou vinte e dois, deste ano, que acabou em julho, e que já foram entregues, foram entregues hoje na reunião de Câmara e será entregue à Assembleia. Portanto, não estamos a falar de coisas que já são... é verdade já foram pedidas há algum tempo, é verdade que já podíamos ter dado, mas estamos a falar de julho até agora, todas as outras para trás foram as contas da Câmara, só para perceberem, as contas da Câmara são todas certificadas pelos ROC, o Tribunal de Contas vê as contas, nós temos aqui chefes de divisão que sabem e cumprem a lei na integridade. Eu pergunto, mais fiscalização do que esta não há, agora, o que nos pedem é um trabalho de sapa que é pôr os serviços todos, parar os serviços e dizer “agora façam-me um Excel”, tipo isto que eles querem, é um Excel, “em que diga continhas uma a uma”, rúbrica tal, é o resumo, ou seja, que lhes falam a papa toda e eu digo assim, temos toda a responsabilidade de prestar as informações, há uma coisa, acho eu que não houve uma única falta de informação para tomada de decisão, isso não houve. Portanto, nunca qualquer tomada de decisão que vocês tenham aqui nunca vos faltou fundamentação ou informação, correto? Portanto, o que estão a pedir – isto é só para esclarecer, o que a oposição está a pedir é contas de uma forma resumida para que possam de alguma forma pá, sei lá, como nós temos a ideia de que estamos todos a esconder eu também acho que eles andam à procura de alguma coisa como já muitas vezes procuraram e já vimos que não dá em nada. Portanto, não há falta de informação dada aos senhores Deputados da oposição para tomar decisões, há é uma falta de disponibilidade dos serviços para que paremos tudo para que possamos dar um Excel, feito a papinha toda para dar. Portanto, as contas, volto a repetir, as contas do AgitÁgueda vinte e um já foram dadas, as contas do Natal já foram dadas, as contas do AgitÁgueda deste ano já foram dadas ao Executivo da reunião de Câmara, serão entregues na próxima semana e enviadas para os senhores Deputados, as do Natal lamento, mas ainda não estão fechadas, assim que fiquem fechadas serão entregues. A eles, ao Tribunal de Contas, ao ROC toda a informação, não há, e Câmara mais fiscalizada que a Câmara de Águeda e, portanto, todos dizem que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sim, que está tudo correto, é pá, desculpem lá, se falta mais informação para a decisão eu acho que essa aí não pode faltar, porque essa aí tem que ser entregue. Era só, muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Terminou, Sr. Vice-Presidente? -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Sim, sim.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu tenho de deixar aqui também um testemunho do que se passou recentemente com um cidadão que veio intervir aqui no período reservado aos cidadãos, para falar sobre a questão da Ponte de Vouga e nessa altura voltou a mencionar um relatório, salvo erro de dois mil e doze, a que não teria acesso. Eu procurei, no período em que fui Vereador da Câmara não encontrei essa documentação e, portanto, cerca de uma semana depois dessa Assembleia que ocorreu em setembro requeri, embora já o tivesse dito que o iria fazer aqui na Assembleia, requeri acesso a esse documento uma vez que se estava a falar de uma coisa que eu desconhecia e isso é grave quando nós somos responsáveis autárquicos e temos assuntos e respostas a dar aos cidadãos. A documentação chegou depois de insistência minha no dia, salvo erro, no dia da Assembleia anterior, portanto, volvidos quase dois meses. Sr. Presidente, eu tenho de mostrar aqui por um lado apreço pela sua intervenção no sentido de nos ser dada tão rápido quanto possível a informação que foi solicitada, mas também tenho de dizer que dois meses, quase dois meses para entregar um relatório que existe desde dois mil e doze parece manifestamente exceder aquilo que será um prazo razoável e, portanto, sem querer fazer cavalo de batalha neste assunto, em primeiro lugar compete-me agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a sua diligência neste assunto e a forma como intercedeu neste assunto e dizer que não vou agradecer a entrega da documentação porque ela é uma obrigação a partir do momento em que ela seja solicitada por um Grupo Municipal, é obrigação, a não ser que haja um impedimento por via e pode acontecer, pode haver impedimento por via de sigilo, há infraestruturas que são críticas, há informações que não podem ser partilhadas livremente. Se for esse o caso que seja dada uma resposta dizendo isso, agora nós não podemos é ficar sem resposta nenhuma durante mais de um mês, eu diria durante mais de quinze dias quanto mais um mês e se o tempo urgir essas respostas devem ser dadas ainda em tempos mais curtos, por exemplo, se nós tivermos prazos para apreciar matéria relevante que vem para uma Assembleia Municipal sobre um assunto determinante para o Município e necessitarmos dessa informação este prazo terá de ser naturalmente mais curto, terá de vir a tempo de ser apreciado antes da reunião da Assembleia. Portanto, é só aqui por um lado agradecer-lhe Sr. Presidente, sei que está empenhado em que as coisas melhorem e sinceramente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fazer um apelo Sr. Presidente da Câmara porque a sua responsabilidade maior, mas também Srs. Vereadores fazer um apelo para que procurem responder de forma em tempo útil às solicitações que vos são feitas pela Assembleia porque há aqui uma questão de respeito institucional entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal que convém preservar. Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Miguel Oliveira. O Sr. Presidente ainda quer usar a palavra? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Não, Sr. Presidente, o que o Dr. Miguel Oliveira me falou naturalmente dou-lhe razão numa série de situações e nomeadamente a documentação que nos pediu frente à ponte de outra forma não a poderia ter, porquê? Porque não é, ao contrário dos contratos e das contas que são públicos este documento não é um documento público, não o era. Muito sinceramente procurei que lho entregassem logo que me chegou outra vez às mãos por uma razão muito simples, aquilo que eu vos disse e que depois fiquei tranquilo porque não falhei, portanto, a minha memória ainda funciona, aquilo que eu aqui disse era da memória dos tempos que ocorreram naquela altura e depois penso que teve acesso aos documentos, não falhei muito, não falhei muito, acho eu. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes da intervenção do Deputado Humberto Moreira, portanto, Sr. Deputado Paulo Tomaz já não tem mais tempo de intervenção, apenas lhe queria dizer que o tema da questão das solicitações ficamos entendidos e eu enquanto Presidente da Assembleia vou aguardar o envio por parte do Grupo Municipal do PS, de toda a documentação que pretendem, envia-me e eu depois tomarei nota do que for necessário e que fique registado. Sabe porquê Sr. Deputado? Ouça, sabe porquê? Porque posso cair no erro de me esquecer, de algum deles me falhar e eu não quero cometer esse erro consigo, está bem? -----

----- **Deputado Paulo Tomaz:** Vou reencaminhar.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Faça favor que eu agradeço, mesmo. Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor.-----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Agora sim posso cumprimentar todas as pessoas desta Assembleia na pessoa do Sr. Presidente. Confesso, a tarefa da oposição nem sempre é fácil e num Concelho como o nosso, com uma dinâmica como a que vamos apresentando ainda se torna mais difícil e sempre – isto é um “d’jà vu”, sempre que a dinâmica do Concelho, da cidade as coisas começam a alinhar existem sempre aqui umas manobrazinhas de diversão para nos distrair daquilo que nos deve digamos orgulhar e os últimos dias com tanta chuva, tanta água, tanto vento, tanto problema, as ruas da nossa cidade continuam cheias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o nosso comércio continua de vento em poupa e esta parte há aqui uma preocupação que eu tenho e lançava aqui um desafio à Câmara Municipal e se calhar a todos nós e que me preocupa. Nós a um sábado à noite ou um domingo ao meio-dia em Águeda vemos autocarros, vemos centenas, milhares de pessoas pela cidade e vemos, procuramos um espaço para almoçar o restaurante está fechado, procuramos um espaço para tomar um café a pastelaria está fechada e deveríamos tentar procurar aqui junto com os nossos comerciantes e é este desafio que eu deixo para que quem está aqui há muitos anos nisto e nós sabemos perfeitamente Águeda é um meio pequeno, os donos de estabelecimentos somos todos gente conhecida e muitas vezes porque trabalhamos muito durante a semana ao fim-de-semana não nos sobra vontade nem tempo e queremos ir para casa para a lareira, então naquela altura em que vem gente de Guimarães, de Fafe, de Lisboa, não sei de onde para aqui para nos visitar, pá, não temos tempo para eles, não temos paciência e vamos visitar os familiares à serra ou à nossa terra, mas deixamos estas pessoas completamente desprotegidas e à mercê, literalmente abandonadas e já me percebi disto muitas vezes e à medida que isto vai crescendo e por A mais B isto tem sido exponencial ao longo dos últimos anos, o problema vai-se agudizando e nós não queremos de maneira nenhuma que as pessoas venham cá e vão embora, primeiro com fome, parece mal, nós somos conhecidos por receber bem, nem com sede e muito menos que se sintam digamos desrespeitadas porque quem está fechado e a cidade cheia, o que é que se diz? Não precisa. Portanto, Sr. Presidente deixo aqui um desafio para podermos de alguma forma junto dos nossos comerciantes e todos nós porque conhecemos as pessoas sensibilizá-los: “epá, abre lá, abre lá o teu estabelecimento ao domingo, faz lá um esforço” porque aquilo que nós temos vindo a assistir na nossa cidade e muita gente diz, o Pai Natal, são muitos anos de Pai Natal, mas o impacto que nós sentimos e aquilo que nós vemos na cidade acaba por nos mostrar exatamente o inverso, todos os anos temos mais gente, acaba por ser uma imagem de marca e acabamos por ter digamos, colher dividendos e a cidade, o Município, o Concelho, muita gente diz que a festa é só Águeda, mas não nos podemos esquecer que muita gente vem ganhar o pão à nossa cidade para depois levar para as suas terras. Portanto, se tivermos um núcleo forte as extremidades também vão lucrar com isso e eu que sou um habitante da periferia, da serra e hoje vejo aqui muitos compatriotas meus, muitos conterrâneos meus e orgulho-me, venham cá mais vezes, eu sei que é longe, está frio, as estradas têm muitas curvas, mas é importante ver-vos cá e sentirmos isso e penso que será importante tentarmos nos próximos anos, a par com a habitação, tentar também com o comércio conseguirmos aqui, confluír aqui alguns esforços e algumas dinâmicas que nos têm faltado e que da mesma forma que se vai crescendo se nós não tivermos algum cuidado com isto também podemos correr aqui alguns riscos de ir diminuindo aqui digamos o grau de satisfação de quem nos visita e isso para mim é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

importante, este tipo de questões para trás, para a frente, o Sr. Vice-Presidente eu há pouco só lhe ia acrescentar e agora voltando aqui à questão das contas, não é a primeira vez, nem segunda, nem terceira vez que ele manifesta a disponibilidade completa dos serviços para irem lá e pedirem os documentos que são precisos, para não haver rigorosamente dúvida nenhuma. Portanto, e esta é a nossa forma de trabalhar, tem sido, mas também ao longo dos últimos anos tem sido sempre isto. Portanto, nós já estamos habituados a esta forma de trabalhar e esta forma de fazer política, mas não nos revemos muito nela, portanto, para mim importante é ver o futuro, ver a dinâmica que a nossa cidade manifesta, o nosso Concelho e que possamos dois mil e vinte e três que será um ano que toda a gente, os arautos da desgraça, apelidam de muito difícil, nós esperamos obviamente que as coisas corram bem e por isso é importante que o nosso Município esteja ao lado dos cidadãos como tem estado, dos comerciantes e que possamos também aqui Assembleia Municipal confluir esforços para solucionar, para resolver os problemas e às vezes deixarmo-nos destas pequenas coisinhas porque passamos aqui 10 minutos, 15 minutos, vinte minutos com assuntos que são fúteis e que se nós pusermos mão à obra e formos à procura não queremos a papa mastigadinha, vamos lá porque está lá tudo. Portanto, Sr. Presidente tenho dito, muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.---

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias Executivo, caros colegas, público, quem nos assiste pelo Águeda TV, muito boa noite a todos. Queria começar aqui por tentar desmistificar aqui algumas situações e dizer que não me revejo em nada na forma como, e ainda que o assunto em certa medida não seja chamado para aqui as pessoas estão cá e eu entendo que têm que ser esclarecidas. É indelicado, é o adjetivo que considero adequado para qualificar a atitude do Sr. Presidente da junta da minha união de Freguesias quando diz a estas pessoas que cá estão que não tinha condições para lhe responder no momento certo e vem cá hoje fazer um número político, num momento em que eles não se podem manifestar, não podem contrapor aquilo que disse, em que alega que as pessoas vieram para aqui mentir, o que não é verdade, efetivamente foram algumas pessoas antes das obras do cemitério serem feitas, foram com o Sr. Presidente da junta, aconselharam-no a não avançar com a obra, teve uma reunião com as pessoas no local, com mais de 60 pessoas e vem para aqui dizer que isso não aconteceu, vem para aqui dizer ao Presidente da Câmara que já lhe pediu um terreno, o Presidente da Câmara diz que afinal que não, que isso que não aconteceu, diz que demarcou aquilo com cordas, as pessoas não têm uma bola de cristal para adivinhar o que é que o senhor lá quer fazer, da mesma forma que lá fez um cemitério de forma ilegal e isso é que devia estar a falar aqui. Deveria vir aqui esclarecer os aguedenses porque é que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

deu ao desprimor de construir um cemitério de uma forma ilegal, devia esclarecer aqui os aguedenses porque é que mesmo depois de ter sido chamado à atenção acerca desse aspeto reitera e utiliza expressões que roçam tiques ditatoriais de “Eu é que mando”, esta foi a explicação que o senhor deu aos seus Fregueses, e, portanto, isto não me parece muito ético. Queria tentar perceber se porventura o grupo parlamentar do PSD, mas há aqui alguns minutos o Humberto, entretanto, saiu não sei se podemos aguardar? E era isto que eu gostava de ver esclarecido Sr. Presidente. Um erro é normal, todos nós falhamos, mas diz aqui que desde dois mil e treze que o problema anda para ser resolvido, o senhor está lá há mais de dez anos, então nos últimos dez anos não houve oportunidade de fazer um planeamento? Certamente, certamente que não. Relativamente ao trazeremos o assunto para esta Assembleia de Freguesia, isto só acontece porque, desculpe, o assunto ser trazido para esta Assembleia Municipal, isto só acontece porque não foi dada a oportunidade aos Fregueses na Assembleia de Freguesia de explanarem corretamente o assunto. Também não é verdade Sr. Presidente quando diz que não persegue as pessoas, o senhor tem perseguido as pessoas na sua Freguesia, mais grave, mais grave do que isto, o senhor para além de perseguir as pessoas persegue as instituições onde essas mesmas pessoas estão, o senhor discrimina as instituições da Freguesia e o senhor é o Presidente com o dever de nos governar a todos de igual forma. Portanto, ainda vai a tempo de se redimir do trabalho que anda a fazer e tratar os Fregueses com o respeito e com a dignidade que merece.-----

----- “Gostaria de concluir esta parte que efetivamente não é para aqui chamada, mas se as pessoas cá vêm eu julgo que têm que ser esclarecidas e se o Executivo Municipal não tem tutela sobre esta matéria eu entendo que os Deputados Municipais têm o dever de zelar pelo interesse dos seus Fregueses seja em contexto que for. Relativamente aqui à Câmara Municipal e ao Executivo Municipal aqui duas ou três notas também muito, muito rápidas. Avizinha-se uma crise financeira, uma crise alimentar que já está efetivamente com alguma força e queria tentar perceber do Executivo Municipal se prevê aqui alguma estratégia, portanto, nós temos apoiado as empresas, temos apoiado o pequeno comércio, mas algo me diz que principalmente pela crise alimentar, pela possibilidade de escassez de alimentos nos hipermercados daqui a algum tempo, há alguma estratégia para apoiar, para criar condições para que as pessoas que queiram, para que os jovens que queiram voltar às terras, à agricultura, se a Câmara Municipal pensa em tentar apoiar isto de alguma forma, bem como se para além de nós ao invés de andarmos aqui a tentar prevenir os problemas na floresta se porventura estamos disponíveis, se a Câmara está disponível para trabalhar isto de uma outra forma. Tentamos encontrar soluções para que a floresta possa ser uma fonte de rendimento, para que a floresta possa ajudar o Município a crescer. Mais duas coisas e concluo já. Reparou-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

agora com a intensidade destas chuvas que o asfalto está todo a levantar, isto foi uma situação que já foi falada aqui há algum tempo, que está relacionada com a qualidade do asfalto ou com o, portanto, a quantidade de alcatrão e a qualidade desse mesmo alcatrão, queria tentar perceber se porventura o Executivo está a atento, acredito que sim, que esteja atento à situação, queria era tentar perceber se é uma coisa natural ou se há efetivamente aqui algumas evidências que possa existir alguma falha técnica. E pedir ao Sr. Presidente que, visto que agora tem uma proximidade com o senhor Ministro Pedro Nuno Santos, que assume a concessão do troço da Nacional 1 de uma vez por todas, esta semana estive doze minutos parado no cruzamento da GNR para tentar virar para baixo para Águeda, associado a isso há o problema da sinistralidade tanto ali, como no Pingo Doce, como na Cerâmica do Alto e, portanto, eu acho que é urgente porque isto é também um motor da economia, o tempo que nós estamos ali parados estamos a poluir e estamos, portanto, a atrasar aqui os nossos postos de trabalho e o crescimento económico. Muito obrigado. Era só.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Junta vamos lá ver, eu não eu não posso abrir exceções sob pena de ser injusto com os demais e só é só isso que me move compreende? Isso pode.-----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:**-----

----- “Aquilo que eu vou explicar aqui já expliquei mais que uma vez, mais que duas, mais que três a vocês. Quando foi, e é bom que isto se note e toda a gente sabe que é verdade, quando foi, quando se levantou a hipótese ou quando eu ponderei em termos de Executivo a hipótese de aproveitar parte do adro, em fevereiro, em fevereiro deste ano falei com quatro, cinco pessoas da Freguesia, pessoas que estiveram na junta, é pá, não vão nomear e vou já explicar porquê e vocês sabem quem são que eu disse-vos já repetidamente quem são. Pedi uma primeira opinião, pedi uma primeira opinião e dei-lhes quinze dias para pensar e disse-lhes assim: “olhe, a minha ideia é esta, fazer aqui as campas, nem foi precisamente até no local que as fiz que eu até queria fazer primeiro encostado ao muro, mas não estou a pedir-vos opinião para depois me desculpar convosco, eu quero saber, uma vez que eu não sou de cá, se há algum, é pá, uma razão histórica, uma razão religiosa que de facto fosse logo à partida impeditivo de fazer lá as campas.” Depois falei com elas, toda a gente concordou e disse o seguinte: “pronto, uma vez que não há à partida nada impeditivo vou colocar à consideração das pessoas da Freguesia o assunto”, anunciei na missa, pus no Facebook, pus no jornal, dei um prazo durante o mês de abril de trinta dias para se pronunciarem, ninguém se pronunciou, foram três pessoas falar comigo, que eu nem posso considerar pronunciar, a perguntar por quanto dinheiro é que eu ia comprar o terreno ao Sr. Fernando, estavam todos com medo de enriquecer o Sr. Fernando. Em junho, em junho, eu disse isso no que escrevi, vieram duas pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

falar comigo, o Sr. Daniel Martins e o Sr. José Venâncio. Vieram à junta um dia, uma quinta-feira e dizer: “ó Sr. Paulo a gente não concorda, preferimos até que as campas...” tivemos ali uma pequena conversa, mais ninguém veio falar comigo, desculpe. Quando foi daí, pá, fiquei tranquilo. Em julho, em julho quando morre a mãe da D. Margarida, e está aqui uma pessoa que esteve lá comigo e que sabe disso, penso que não estou a mentir, a obra da rua da padaria era para começar em julho e foi adiada para setembro ou outubro precisamente para se fazer as campas pois não queria correr o risco de fosse ser necessário uma campa e não as ter, e que aconteceu. Demarqueei o local com cordas, que era para não dizerem “fez isto”, ainda para mais tranquilidade, demarqueei, ninguém veio falar comigo, é pá, claro, faz, aquilo fica feio, já não vamos estar aqui a repisar, é pá, tenham paciência, eu acho que qualquer pessoa de boa-fé no meu lugar tinha feito o mesmo, desculpem, isto foi rigorosamente a verdade, há alguém que esteja aqui presente e que diga que veio falar comigo nessa altura, que o diga. Não pode é mentir e vocês sabem disso.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, sim senhor. Estamos encerrados. Sr. Presidente da Câmara neste interlace de intervenções há alguma coisa que queira esclarecer?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sim, relativamente à intervenção do Deputado Jorge Melo, dizer que essa questão dos jovens nós um dos dilemas que temos todos, as empresas e até os próprios restaurantes conforme foi focado aqui pelo Humberto Moreira, há indiscutivelmente de falta de mão-de-obra, portanto, neste momento eu diria que as pessoas que estão extraordinariamente ocupadas, sobretudo aquelas efetivamente que procuram trabalho e que querem trabalhar, naturalmente que se houver condições e se sentirmos isso por parte da população estaremos indiscutivelmente, naturalmente prontos e disponíveis para conseguirmos encontrar aqui algum mecanismo logo que isso se perceba que há efetivamente procura e haja interesse maior. Relativamente à questão do alcatrão, é dos livros, aliás, não é de agora, o mau tempo quando falamos de chuva é o pior inimigo das estradas, não vale a pena, eu não sou técnico, mas já aprendi com eles isso, naturalmente que o alcatrão não gosta mesmo de nada de chuva, portanto, quando há cargas pesadas e nós temos aí muitas, muitas cargas demasiado pesadas, até porque a fiscalização das entidades fiscalizadoras, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana não é tão eficaz como se calhar deveria ser, mas efetivamente quando a base começa a ficar húmida por baixo da estrada já é quando acontece exatamente que fissura e que parta e, portanto, em todos os invernos nós temos uma degradação das estradas que se nota muito mais nessas alturas, não há aqui nenhum fenómeno especial que a gente esteja aqui a perceber, aliás, naturalmente que por exemplo e já agora aproveito para dizer, anda aí claramente quase que um movimento relativamente a Ruas da Borralha que estão em maus estado, estão em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mau estado porque estão em obras, e reparem numa coisa, e o empreiteiro com este tempo não consegue andar, não vale a pena. Agora dizem-me assim: “epá, devias é começar no verão”, as obras públicas são para todo o ano e nós não conseguimos estipular isto especificamente para só andarmos, eu diria que temos obras neste momento a decorrer em muitos locais do Concelho, em muitos locais do Concelho, eu estou-me a lembrar da Rua do Vieira em Fermentelos, por exemplo, que tem uma primeira camada de pavimento, falta a segunda e não há condições em termos climatéricos neste momento para a colocar, logo que seja possível o empreiteiro está à espreita mal o sol lhe dê uma oportunidade ele avança porque também tem interesse em avançar. Relativamente à questão das estradas nacionais, eu fui há umas sessões atrás tivemos aqui a proposta para nós assumirmos a gestão, não a mutação dominial, ou seja, a estrada não passa a ser domínio municipal, mas na prerrogativa que a lei nos dá nesse setor da descentralização uma vez que ainda não foi possível estabelecer a tal mutação dominial com a transferência, com a necessária transferência financeira por parte do Estado, estamos a assumir a gestão. Dizer-lhe que notificámos da decisão desta Assembleia, nomeadamente a entidade responsável, o IP, que agora nos veio pedir uma coisa que muito sinceramente parece que é aquela coisa que a gente não entende, que procuramos todos que não aconteça muito na administração pública, que era para lhe mandarmos as cartas, nós, dos troços a desafetar, já mandamos, já vai no caminho para baixo porque isso naturalmente é coisa fácil e que eles lá tinham com toda a certeza, mas pronto, enquanto o pau vai e vem aparentemente haverá alguém ocupada nesse processo, é só o que tenho a dizer porque efetivamente o processo estamos naturalmente para assumirmos essa disposição. Volto a dizer, isso não transfere o domínio e a responsabilidade por obras, por buracos, por essas coisas para a Câmara, porquê? Porque para isso é necessário o acordo financeiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, muito obrigado. Encerramos então por aqui o período antes da ordem do dia. Obrigado por todas as vossas intervenções. Vamos passar à análise dos pontos que constam da ordem do dia. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **2.1 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2023;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, eu não sei se é o Sr. Presidente que vai usar da palavra se é o Sr. Vice-Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, seremos os dois, mas vamos estipular a seguinte metodologia porque, penso eu. Primeira questão, eu penso que hoje que ninguém poderá dizer que não houve tempo para poder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

analisar este processo. Nós tivemos o cuidado de o fazer e poderíamos ter acionado logo de caminho a Assembleia Municipal, demos tempo, portanto, há mais de quinze dias para poder, naturalmente as pessoas poderem analisar esta proposta de orçamento e plano de atividades para dois mil e vinte e três. De salientar o quê? Primeiro, é indiscutivelmente o maior orçamento de sempre, mas é o maior orçamento de sempre e perfeitamente alinhado com aquilo que era previsível porquê, porque efetivamente nos últimos tempos nós temos vindo a garantir um conjunto de financiamentos que já começa neste orçamento a ter alguma tradução, eu diria que em dois mil e vinte e quatro terá muito mais e em dois mil e vinte e cinco ainda mais, ainda e espero que isso aconteça porque é sinal que está tudo a correr dentro da normalidade. As áreas, naturalmente que privilegiamos as áreas que são absolutamente necessárias e estratégicas para o nosso Município e pronto, e eu diria que ficávamos aqui completamente disponíveis para perguntas, que naturalmente num documento com esta extensão, com esta validade, com estas coisas, temos uma introdução que em termos estratégicos define perfeitamente o que é que entendemos e depois o verter destas questões na apresentação da proposta de orçamento. A proposta de orçamento, volto a dizer, que continua a seguir a única cartilha que pode seguir, que é as regras de elaboração, as regras técnicas e contabilísticas da organização deste tipo de documentos. Quanto ao resto penso que está minimamente plasmado e estamos naturalmente disponíveis, penso eu, não sei se o Sr. Vice-Presidente está disponível, quer já fazer algum tipo de intervenção, mas penso que sim, mas usamos esta metodologia, portanto, as dúvidas que nos forem colocadas estamos completamente disponíveis para. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Vice-Presidente. Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal - Edson Carlos Viegas dos Santos:** -----

----- “Sr. Presidente, muito obrigado. Agora vou-me dirigir, desculpem, mas dirijo-me um pouco às pessoas também que estão lá em cima para perceberem o que é que estamos aqui também a tratar. É aqui que tudo começa, ou seja, a Câmara não pode fazer nem pode gastar um cêntimo sequer se este documento não for aprovado e, portanto, só para terem uma ideia, tudo aquilo que a Câmara prevê gastar está aqui, mas estou a falar se for aprovado aqui o documento. Neste caso o orçamento é um orçamento de sessenta e um milhões de euros em que trinta e seis milhões são correntes - despesas de luz, água, só para terem uma ideia a Câmara de Águeda gasta onze milhões só em ordenados, nós temos aqui as receitas, neste caso os impostos diretos não cobrem logicamente todo este orçamento e a Câmara tem vindo a conseguir fazer os orçamentos superiores àquilo que consegue arrecadar de receita por uma razão, nós fazemos candidaturas, nós conseguimos e isto é o exemplo que nós temos vindo e vocês têm tomado conhecimento disso, vamos à procura de dinheiro, os PRR, nos QREN e vários outros sítios em que nós conseguimos ir buscar os milhões que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o caso por exemplo do PRR que vem agora, que vai para a área de acolhimento empresarial são vinte milhões de euros. O que eu quero dizer com isto é logicamente que esses vinte e quatro milhões de euros. Sim, agora já são mais vinte mais IVA. Portanto, nós queremos com este orçamento de sessenta e um milhões de euros só com os impostos que nós gerimos, geramos não conseguíamos fazer este orçamento, é preciso ir buscar dinheiro lá fora, é preciso ir buscar dinheiro às candidaturas. Para terem uma ideia, já falei, onze milhões só para despesas de pessoal, estamos a falar de mais de um milhão de euros para iluminação pública, que é aquilo que se gasta, é aquilo que nós pagámos, todos nós pagámos, é esta a certeza que nós temos, só com riqueza, pois, só com a limpeza e recolha dos lixos são mais de dois milhões e isto é preciso também sensibilizar as nossas populações para que façam mais a reciclagem, para que não haja tanto custo para a Autarquia, é preciso também perceber que nós é neste orçamento que estamos aqui a aprovar que vamos pagar as refeições escolares dos nossos estudantes, são mais de meio milhão de euros, é que também através deste orçamento que vamos pagar os transportes escolares que neste momento já ultrapassa os setecentos mil euros e estamos só a falar dos transportes escolares! É também através deste orçamento que nós vamos pagar por exemplo o investimento que estamos a fazer na ação social e só aqui aparece uma rubrica que há umas semanas atrás era suposto que nós ficássemos com a delegação de competências e veio agora parece que essa delegação de competências vai ser adiada e, portanto, mas estava aqui previsto mais de quase meio milhão de euros, é aqui também que está explícita o início de uma estratégia, da implantação da estratégia local da habitação, estão aqui previstos setecentos... mais de setecentos mil euros. É aqui que também está previsto o PRS, neste caso pequenas coisas como aquisições de equipamentos, é aqui que está previsto o AgitÁgueda, o Natal, está aqui as contas, nós estamos aqui a dizer quanto é que vamos gastar e, portanto, se isto for aprovado é isto que iremos gastar ou perto disto. Tem o projeto Águeda-Aveiro, estamos aqui a falar de pavimentações e repavimentações quase quatro milhões de euros, o que foi feito este ano ou que já foi feito o ano passado já não é nada, é preciso fazer mais e estamos aqui a pôr quatro milhões de euros para pavimentações e repavimentações, estamos aqui a também a pôr os transportes, portanto, e comunicações, já falei um pouco sobre isso também. Ou seja, o que eu quero dizer é que os nossos impostos não cobrem toda esta despesa, é necessário a Câmara de Águeda fazer projetos, apresentá-los e fazer com que esse dinheiro venha dos financiamentos europeus. Vamos também e quero-vos dizer que aqui também mostra quanto é que nós devemos à banca e eu digo-vos, a Câmara de Águeda deve menos à banca que muitos dos aguedenses que pedem dinheiro para pedir uma casa, para fazer uma casa, portanto, nós temos uma dívida muito curta e podemos-nos endividar, temos uma capacidade de endividamento brutal e não é isso e está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aqui também a dizer que para o próximo ano não temos qualquer intenção de nos endividar e, portanto, vamos tentar gerir da melhor maneira os nossos recursos financeiros. Basicamente é isto, estou também disponível para algumas questões que queiram colocar. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Srs. Deputados, inscrições para o ponto. Sr. Presidente?-----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:**-----

----- “Sr. Presidente, só uma pequena nota, um pedido, ali o meu colega de Travassô não vai levar a mal seguramente. Portanto, nós na parte de Segadães temos feito um esforço enormíssimo com o apoio da Câmara e muito grande a questão do alargamento da rua da padaria, pensamos que a ligação Águeda-Aveiro será, desculpe lá, não tem mal, também o faço. Não, mas é só uma nota, não é nenhuma questão. Portanto, tem a ver com o esforço que nós temos feito em Segadães, mais propriamente na Fontinha no alargamento da rua da padaria, tem sido já é o terceiro ano que lá vamos, ainda este ano lá fomos prolongar o alargamento da rua com a expectativa e foi sempre a expectativa não só o de melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá moram, mas também de assegurar a ligação a Travassô. Parte de Travassô é uma parte mais florestal, portanto, e era só para deixar aqui mais uma vez a nota para o Sr. Presidente podendo, portanto, porque a ligação Águeda-Aveiro vai cruzar essa estrada, pá, era mesmo bom. Estou a falar bem, não estou, Sr. Presidente? Pronto. Muito obrigado. Era só uma nota.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente Paulo Tavares, muito obrigado. Mais inscrições para o ponto? Muito bem, Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, caros membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores e caros aguedenses. As grandes opções e plano e orçamento que aqui nos trazem são estamos a falar na verdade do principal instrumento, no fundo, de concretização daquelas que são as políticas a priori das forças políticas que venceram, não é? E que têm a responsabilidade de governar e têm a capacidade de com a força da sua maioria e muito bem de imprimirem neste documento para nossa apreciação as suas prioridades. Uma enorme parte daquelas que são as medidas que genericamente foram enunciadas em termos genéricos naturalmente, passando a redundância pelo Sr. Vice-Presidente, merecem naturalmente o nosso acompanhamento, ou seja, há uma enorme parte do que aqui está contido que é uma questão de pagamento de ordenados, de infraestruturas, de obras que estão lançadas, despesas correntes, há também alguns projetos que já vinham de trás ou já abordados e, portanto, e outros maiores como por exemplo relativos às áreas de acolhimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

empresarial ou à fiscalidade que acompanhamos plenamente. Portanto, eu julgo que não é aí, não é nessa parte que está a parte mais crítica e mais digna de análise da parte da oposição. Acaba por estar naquelas que são no fundo as medidas que demonstram a prossecução dos objetivos eleitorais e é aí que nos causa alguma surpresa que algumas dessas bandeiras, que foram bandeiras do Partido Socialista, e muitas delas bandeiras do Partido Social Democrático que é o que aqui está em causa principalmente, que não as encontremos aqui. Desde logo um exemplo, até porque é um tema bastante recente e bastante importante e bastante premente e foi até abordado agora pelo Sr. Vice-Presidente, estratégia local de habitação. Na própria estratégia local de habitação é referido que a aquisição de terrenos é uma prioridade, coisa que bem se entende, pois, a aquisição de terrenos possibilita a vir-se a tomar-se várias opções futuramente, possibilita que possa haver um papel na própria formação de preço e possibilita que antecipemos por exemplo o crescimento de futuras áreas urbanas. Ora, sendo isto uma prioridade neste orçamento são cinquenta mil euros que aqui estão previstos para aquisição de terrenos. Acredito que não seja assim consigamos melhor trabalhar para criar condições para que as pessoas de Águeda possam viver em Águeda, desde logo as que estão em início de vida ou aquelas que vieram estudar ou que vieram trabalhar ou com este mais recente fenómeno de muitas pessoas estrangeiras que vêm para Águeda, acredito tendo nós uma ligação Águeda-Aveiro que todos esperamos que seja um projeto que corra bem e fundamental, acreditamos, e se me permitem, se fosse necessário seríamos favoráveis até a algum nível de endividamento com esse destino porque isso faria ganhar muito dinheiro no futuro. Portanto, acreditamos que nas áreas que serão privilegiadas, por exemplo, na ligação Aveiro-Águeda que deveríamos estar já a intervir, estar já a comprar terrenos, não cinquenta mil euros de certeza, um valor muito superior para futuramente conseguirmos aproveitar essa ligação e termos a habitação preparada para que as pessoas possam fixar-se e que não beneficie principalmente Aveiro essa ligação, todos queremos, PSD, PS, CDS, de certeza, todos queremos que seja uma oportunidade e pode sê-la e ainda vamos a tempo de que seja uma grande oportunidade e passa também por aqui. Ora bem, não entendemos e achamos que houve mesmo algum desleixo nesta medida e a história da estratégia local de habitação é uma história um bocadinho infeliz, é uma história em que mereceu frases de “já está aqui no meu telemóvel, eu posso mandá-la já”, isto começou há mais de dois anos atrás e mais uns dias e mais umas semanas e mais uns meses, depois foi dito a dada altura já que “bom, para não falhar será até ao final do ano”, até que depois chegou a ser apresentado e foi dito “bom”, vou parafrasear, mas não foi muito diferente disto, “bom, nós também não gostamos assim tanto disto, mas é o documento mais avançado que temos e, portanto, é melhor metermos logo à aprovação do IHRU” e, portanto, neste momento uma enorme parte das Câmaras deste país, se não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mesmo a maioria já submeteu o seu projeto ao IHRU, há Câmaras que já receberam financiamento e, portanto, não caminhámos em tempo, vamos a tempo de recuperar alguma parte, mas fazendo aqui o casamento com o documento que aqui nos traz cinquenta mil euros para a aquisição de terrenos não traduz uma prioridade nesse domínio da aquisição de terrenos. Por outro lado, também no que se refere à estratégia municipal de saúde, não se encontra nas GOP, é uma estratégia fundamental, foi aprovada uma das raras coisas que foi aprovada no Executivo por unanimidade sob proposta do Partido Socialista e acreditamos que devesse estar. O orçamento participativo todos se lembrarão que em tempos existiu um processo do orçamento participativo com um valor bastante significativo e que nos colocava em termos cimeiros, em termos nacionais e que levou à participação de centenas de pessoas, levou a que projetos fossem concluídos, muitos demorando mais tempo do que deveriam para a sua conclusão, mas houve obra feita, pois, neste orçamento temos uma dotação de vinte e dois mil euros isto transita nas GOP desde dois mil e dezanove, não há execução, não há novas edições e ainda esta verba é diminuída em três mil euros. Área social, o Executivo não concluiu a carta social e o diagnóstico social, não há projeto, não há planeamento, estamos à beira mais dia menos dia de receber as competências nesta área e estes seriam documentos estratégicos para abordar aquilo que teremos a cargo e que será com certeza um desafio e seja quem for que tiver esse veículo nas mãos com certeza há de cometer os seus erros e isso faz parte, mas quanto mais se antecipar menos erros serão cometidos e mais oportunidades serão aproveitadas. Dar aqui alguns exemplos de opções de planeamento estratégico que têm transitado de ano para ano: estratégia local de habitação está nas GOP desde dois mil e dezanove, a carta educativa está nas GOP desde dois mil e vinte e um, o plano estratégico de reabilitação das linhas de água está nas GOP desde dois mil e vinte e um, o plano municipal para a igualdade está nas GOP desde dois mil e vinte e um, entretanto, foi opção haver a adjudicação de um plano de desenvolvimento económico de inovação de Águeda dois mil e vinte e um - dois mil e vinte e cinco que tal como resulta do próprio enquadramento das GOP acaba por vir aqui justificar atividades que têm sido realizadas no parque empresarial, mas não estava previsto em anos anteriores. O que nos parece é que alguns aspetos centrais e estruturantes não estão a ser preparados com a energia que poderiam merecer, achamos que há áreas como aquelas que referi inicialmente que são geridas de uma forma que com certeza poderíamos fazer várias opções de forma diferente, mas que nos parece a gestão, para lá dessa gestão e para lá de alguns projetos que já tinham um certo balanço vindo de trás é que não encontramos aqui francamente um rasgo, um desígnio claro. Os tais dez, quinze, vinte por cento de medidas que fazem a verdadeira diferença e que permitem ver para dez, vinte anos de distância, salvo alguns como já disse e honra seja feita. O que é que queremos afinal em termos de saúde?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Quando, por exemplo, em várias sedes, mas mesmo quando o Partido Socialista exerceu o direito de oposição, falámos novamente da hipótese de ser proposta a existência de uma unidade móvel com todas as condições, que pudesse ir aos sítios onde é necessária, que pudesse ser flexível a coisas que possam acontecer no nosso território e a necessidades que se manifestem neste território. Em termos de habitação, como disse, o que é que nós queremos, qual é a nossa visão clara? Eu entendo, estão cerca de setecentos e trinta mil euros se não me falha a memória inseridos, mas o que é que acontecerá com esses setecentos e trinta mil euros e esses cinquenta mil euros para a aquisição de terrenos para o que é que darão concretamente durante o ano que se avizinha? Ordenamento florestal, o que é que queremos em termos de ordenamento florestal? Quando temos os problemas que temos no nosso Município, quando temos uma mancha florestal muito grande, quando temos incêndios que colocam em risco as nossas populações, destroem patrimónios e sobretudo tiram qualidade de vida, quer dizer, as pessoas respiram aquele ar irrespirável e estão sempre em sobressalto, isto não é uma forma correta das pessoas viverem, especialmente as mais velhas e as e as crianças. O que é que queremos nesse âmbito? Falámos também neste propósito da hipótese – e é uma visão que o Partido Socialista de Águeda tem, de ser constituída uma estrutura, teríamos de estudar a forma dessa estrutura, estamos dispostos a dialogar sobre isso, uma estrutura pública da Câmara Municipal que se dedicasse à gestão de património imobiliário, não só património público que venha a adquirir, mas mesmo em parceria com privados, há imensas pessoas da minha idade, mais velhas, mais novas que são herdeiras por exemplo de terrenos florestais, que não têm a quem os entregar nem gratuitamente quase nem a pagar para tomarem conta deles, pessoas que estão a trabalhar fora daqui, pessoas muitas que são imigrantes, muitas que não têm capacidade de tomar conta deles. Pessoas que estão a trabalhar fora daqui. Pessoas que muitas que são emigrantes, muitas que não têm capacidade de tomar conta deles, eventualmente, eventualmente poderíamos ter uma estrutura que tanto em termos de imobiliário urbano como de, de zona florestal fizesse uma gestão e transformasse coisas que às vezes são um problema em reais oportunidades, os paradigmas estão, estão a mudar e, portanto, isto é possível e gostaríamos de ver aqui pistas claras que nos, que nos, que nos apontassem nesse, nesse sentido. E depois, para além desta falta de fio condutor, permitam-me, temos que afirmá-lo, é aquilo em que acreditamos, há uma enorme falta de credibilidade neste orçamento porque o Sr. Vice-Presidente enumerou, de uma forma até relativamente didática e simples, as principais linhas deste orçamento, não disse, direi eu agora, que há cerca de doze milhões de euros de Outros de ano para ano eles crescem, os Outros. Os Outros. E o partido Social Democrata, que bem, no passado, criticava tanto a existência destes Outros agora consegue ir no, no volume dos Outros, que é basicamente o que o Executivo vier a decidir e que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

neste momento dizemos, sim, dizemos sim, é um ato de relativa fé. Quer dizer, o partido Social Democrata agora consegue para além de ainda no volume de Outros neste orçamento do que o Executivo anterior dos juntos ia quando o PSD criticava a existência deste volume enorme de Outros. Portanto, estes Outros em larga medida, neste momento, quem os aprova é um ato de fé. É um ato de fé. Quer dizer acreditamos que há uma margem de Outros, é normal orçamentalmente existirem, mas não francamente nesta escala. Não nesta escala. Portanto, isto prejudica também aquela que é a nossa capacidade de analisar o orçamento, a sua credibilidade e a fiscalização da sua, da sua execução. E a execução é um ponto aqui muito importante, porque de facto, na previsão este orçamento é gordo é sessenta e um milhões de euros, o atual se não me falha a memória é de cerca de cinquenta milhões de euros, mas temos executados neste momento sensivelmente vinte e sete, pelo menos dos dados que são públicos. Portanto, o desafio será daqui a um ano destes sessenta e um milhões de euros quanto estará executado? Esse é um ponto muito relevante, porque depois nunca fazemos por norma a conta final de quanto é que está executado? Porque é que neste momento estão executados cerca de vinte e sete milhões de cinquenta e um milhões que este ano deveriam ser executados? Há de haver motivos entendíveis com certeza. Todos entendemos que, que o mundo é complexo e está bastante dinâmico, todavia há aqui também já alguma habituação a esta prática. Portanto, o Partido Socialista gostaria de acompanhar o orçamento respondesse a desafios estruturantes alguns do que eu disse. Dos que eu aqui referi e outros, que, um orçamento que pudesse incluir algumas das medidas que propusemos, como por exemplo, uma medida que propusemos na campanha eleitoral, pusemos no direito de oposição, que seria a hipótese de haver uma medida forte de incentivo à natalidade em Águeda. Uma medida em que cada cidadão, cada bebé nascido em Águeda, teria três mil euros até aos seus três anos de idade, com mil euros por ano para aquisição no comércio local Aguedense de produtos essenciais, isto naturalmente teria que ter protocolos entre a Câmara Municipal e o comércio local. Nós estaríamos a falar de mil euros por cada criança nascida em Águeda, que seriam gastos exclusivamente no comércio local. Estamos a falar de um grande volume de injeção de dinheiro diretamente no nosso comércio local, em bens essenciais, e esta medida chegaria a todos, chegaria naturalmente aos primeiros a necessitar, aos mais necessitados, mas chegaria a todos os cidadãos de Águeda, a todas as crianças que aqui nascessem. Parece-nos que isto sim, era um verdadeiro incentivo à natalidade e um verdadeiro incentivo à fixação de população, e um verdadeiro incentivo ao comércio local, e que teria um impacto muito significativo, estamos dispostos a discutir esta, esta medida. E, portanto, gostaríamos de aprovar um orçamento com uma transparência distinta e essa mesma credibilidade que aqui referi. E tenho de referir por fim, dois ou três pontos que há pouco de alguma forma avantei, quer dizer, de facto no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

último, no último, no último orçamento tínhamos setecentos mil euros para o AgitÁgueda, o Sr. Vice-Presidente numa entrevista dada num dos órgãos de comunicação social local disse que iriam ser muito mais do que oitocentos mil euros, hoje segundo soube há pouco em Câmara Municipal foram apresentados novecentos e tal mil euros do ano passado. Mas agora querem que nós aproveemos setecentos mil euros para o ano que vem. É o que aqui está. Pois, muito bem! Não recebemos as contas, conforme eu tinha dito há pouco, ainda do Natal de Águeda, do ano passado, mas querem que esta Assembleia Municipal aprove mais quinhentos mil euros. Nós somos a favor das festividades, eventualmente tomaríamos outras opções em alguns domínios dessas festividades, é normal, mas como é que seriamente nós podemos fazer esta aprovação? Depois, depois, e para concluir a rúbrica dos Outros tinha aqui mais uns raciocínios, mas não vale a pena voltar aí. Portanto, não é a massa dos medidos e valores, das medidas e valores que aqui foram enunciadas há pouco aquilo que nos, que nos separa, não é a grandeza dos grandes números, mas vejamos em cada 6 milhões de euros deste orçamento, um milhão são Outros, são Outros. Outros, veremos no final do ano o que são os Outros. E, portanto, parece-nos que é um orçamento que em larga medida naquilo que é estruturante, salvo algumas exceções, não traduz sequer aquelas que foram as prioridades, as bandeiras que o PSD afirmou perante a população e que lhe deram a vitória eleitoral. E, portanto, nestes temos não podemos acompanhar este orçamento. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado.-----

----- **Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT:** -----

----- “Boa noite. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, senhora Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros membros desta Assembleia Municipal, Presidente de Junta, funcionários da Autarquia, funcionários da Águeda TV, público aqui presente em grande número, público presente através da transmissão on-line os meus cumprimentos. No que respeita às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Águeda para dois mil e vinte e três, o orçamento proposto assume um valor global de despesas e de receita de sessenta e um milhões de euros. Já aqui foi dito e reforçamos que é o maior orçamento de sempre, dirão: ambicioso. É verdade. Mas não podemos ignorar que foi aprovada a fiscalidade para dois mil e vinte e três, na última Assembleia Municipal, que se destaca por ser uma fiscalidade baixa. E que este orçamento recorde está insuflado decisivamente com as transferências feitas no âmbito da descentralização de competências e também com fundos comunitários sobretudo do PRR. Se no caso da descentralização de competências como todos sabemos, o Governo quando não está a descentralizar não transferindo os pacotes financeiros que seriam adequados, roçando, e mais despesas para o Município... [Não transcrito por alheio à Assembleia. Deputado sente-se mal e tentam ajudá-lo] -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

----- Eu vou começar... já não sei onde é que ele ia. Mas vou começar no segundo parágrafo, tirando aqui os agradecimentos. No que respeita às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Águeda para dois mil e vinte e três, o orçamento proposto assume o valor global de despesa e receita de sessenta e um milhões de euros e é preciso dizer que é o maior orçamento de sempre. Dirão: é ambicioso. É verdade. Mas não podemos ignorar que foi aprovado a fiscalidade para dois mil e vinte e três na última Assembleia Municipal, e que se destaca por ser uma fiscalidade baixa, e que este orçamento recorde está insuflado decisivamente com as transferências feitas no âmbito da descentralização de competências e também com fundos comunitários sobretudo do PRR. Se no caso da descentralização de competências como todos sabemos, o Governo quando não está a descentralizar, não transferindo os pacotes financeiros que seriam adequados, resultando daí mais despesas para o Município, já no caso dos fundos comunitários do PRR, o orçamento só está insuflado porque a Câmara Municipal tem demonstrado uma grande capacidade de apresentação de candidaturas bem sucedidas, e que permitem captar investimento para Águeda, desde as obras mais estruturais e muitas outras iniciativas e medidas de grande relevância. Numa difícil conjuntura como a que vivemos é fulcral uma postura de antecipação e planeamento para estar sempre a altura dos grandes desafios que se vão colocar e, neste enquadramento, é-nos dito também que todas as candidaturas ativas que incluem os projetos em fase de encerramento de execução, de início dos trabalhos e em fase de análise, contemplam um investimento total de cerca de noventa e quatro milhões de euros, sendo que cerca de oitenta e cinco milhões de euros desse valor total correspondem a fundos. O país está exposto às consequências económicas globais da invasão da Ucrânia pela Rússia que continuam a manifestar-se no preço da energia e dos bens alimentares, e de acordo com as previsões apresentadas pelo Conselho das Finanças Públicas no Orçamento de Estado para dois mil e vinte e três prevê-se, inevitavelmente, uma desaceleração da economia portuguesa com o crescimento real de um virgula zero três por cento face ao crescimento estimado de seis e meio por cento para dois mil e vinte e dois. Ainda, acompanhado, acompanhado e agravado por uma inflação galopante, tornando-se fundamental agir na resposta à inflação e sendo necessário os Municípios substituírem-se em muitas tarefas e muitas, muitos investimentos ao Estado para colmatar o que este deveria fazer e não faz. O que se pede é que o nosso Município implemente medidas realmente impactantes que suportem as pessoas e as empresas, com planeamento dos seus objetivos e na previsão de meios e formas de os alcançar, é isso que entendemos que este documento traduz. Fica patente a força que o nosso Município demonstra neste documento e a mensagem que passa a todos os nossos munícipes. Posto isto, e entre muitas das obras previstas, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

esta era uma lacuna apontada no último mandato, de realçar a elevada regeneração urbana que se vem efetuando nas Freguesias em curso e com grande impacto com ênfase na requalificação do largo da Nossa Senhora da Graça, em Assequins, os arranjos exteriores do edifício da sede da Junta de Freguesia de Travassô; a requalificação dos espaços exteriores do centro cívico de Arrancada do Vouga; a requalificação da zona envolvente à escola e igreja matriz da Borralha e a requalificação do centro urbano de Fermentelos, entre outros aqui não mencionados. No que respeita ao turismo, Águeda é hoje considerada, como um dos destinos mais sustentáveis do mundo, e continuará a planear desenvolver e gerir o turismo de acordo com os princípios que demonstrem respeito pelo meio ambiente. Águeda recebe turistas de todo o mundo e é imperativo evoluir e diversificar a oferta, mas sempre com a ideia clara que não herdámos este planeta dos nossos pais, mas sim que estamos só a pedi-lo emprestado aos nossos filhos. O AgitÁgueda e o Águeda Natal são projetos que primam pela diferença e inovação e com reconhecimento nacional e internacional. dois mil e vinte e três continuará a contar com essa aposta na cor e criatividade que revitalizam os aguedenses e os milhares que visitaram o Concelho. Em termos de educação é de salientar o reforço dos quadros de pessoal das escolas com vinte e três novas assistentes operacionais, com vista a melhorar os serviços da Autarquia, garantindo um serviço de elevada qualidade à população escolar. Será levado também a cabo um reforço da intervenção ao nível do apoio psicológico e comportamental, pretendendo-se em dois mil e vinte e três reforçar a capacidade de intervenção do GAPSI, tendo em conta o aumento dos comportamentos desviantes e preocupantes por parte dos alunos. Irá ser reforçada também a intervenção através da criação de uma equipa multidisciplinar que irá atuar durante todo o ano letivo em contexto escolar, constituída por psicólogos, assistentes sociais e ainda por recursos com formação em termos de médicos. Será neste âmbito também, aumentando o número das bolsas de estudos dos alunos do ensino superior que para o ano de dois mil e vinte e três passaram de trinta para quarenta. Na saúde será ainda continuado e reforçado ainda o investimento do Município nas infraestruturas, e de onde se destacam a requalificação das instalações do hospital de Águeda, a requalificação do Centro de Saúde de Águeda, a instalação da unidade de saúde de Mourisca do Vouga no antigo edifício do Jardim de Infância, e concluir a reedificação do edifício da Junta e da unidade de saúde da Travassô. Haverão também novidades sobre o concurso para a construção de ligação rodoviária em perfil de autoestrada entre Águeda e Aveiro, e decorrem com afinco as obras de ampliação do parque empresarial e Casarão, dotando de características inovadoras e de nova geração, para além de estar a avançar o processo de ligação do parque ao IC2. Concluindo, Sr. Presidente e restante equipa, queremos que Águeda seja cada vez mais um Concelho dinâmico e capaz de responder às necessidades dos seus cidadãos, e que seja o local certo para trabalhar, viver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e/ou visitar. O lema adotado e que nos diz é contra o vento que se levanta o voo, espelha toda a força, resiliência, vontade, dinâmica e capacidade de Águeda e o patamar que se propõe alcançar. É isso que exigimos e damos total provimento a este orçamento. Sr. Presidente, tenho dito.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais inscrições para o ponto por favor. Sr. Presidente da Câmara, por favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, muito obrigado. Duas ou três questões muito, muito, muito sucintas, depois vou pedir aqui apoio ao, ao meu colega Edson para, para me auxiliar aqui com alguns números, mas, mas, mas uma nota e vamos aqui refletir, ou pelo menos tentar fazer isso com tranquilidade e com, e com, e de forma perceptível para todos. Quando estamos a elaborar o orçamento, e eu queria falar para o Sr. Deputado Paulo Tomás porque, porque era mais para ele, porque são, são de bem acordo com algumas questões que aqui levanta. Eu queria-lhe dizer que é um, que é um trabalho, um trabalho difícil por uma razão muito simples, nós temos que desistir de colocar no nosso orçamento e plano muitas, muitas ideias. Portanto é muito fácil eu chegar aqui e debitar ideias que aqui não estão porquê? Porque eu também me lembrei de imensas, aliás os nossos serviços inclusivamente propuseram-me imensas coisas, mas há uma nota que nós temos que ter todos presente, nós temos este orçamento que é bastante ambicioso e que representa, e que é isso porque representa também a capacidade que nós tivemos para angariar um conjunto de financiamentos extraordinários como nunca. Como nunca. E temos que o dizer, e como nunca. Mas, atenção, cada uma destas situações que nós aqui colocamos, e que invariavelmente vem basear-se nos recursos próprios da Autarquia, nós temos que pensar e ter a certeza que para cada uma da ideia que integramos temos que desistir de uma que aqui está. Qual seria a que nós iríamos desistir? Porque é preciso fazer isso. Nós não conseguimos em todo o momento colocar tudo aquilo que gostaríamos de fazer. Posso-lhe garantir que aqui estamos longe do vazio de ideias, há imensas ideias que nós tivemos que adiar. Adiar porquê? Porque, efetivamente, temos que pesar e temos que dizer o seguinte: neste momento é fundamental irmos por aqui. Alguns números que depois o Dr. Edson vai aqui tentar explicar não são exatamente aquilo que disse, portanto, e porquê? Porque há várias rúbricas e, portanto, será fácil lá chegarmos e vermos. Uma questão, porque eu na minha intervenção inicial tive o cuidado de dizer, atenção, este documento está feito como sempre, de acordo com as regras dos documentos que estão aprovados e validados para este efeito. Dai o Outros, aquilo que o senhor estava a querer dizer do PSD neste momento, e eu diria ao contrário daquilo do PS há alguns anos atrás em que também ouvia e defendia a questão dos Outros. Os Outros não é nenhuma entidade abstrata. Não é nenhum saco azul onde se esconda coisas. Não é. Não, são Outros naquele pequeno, naquele pequeno



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quadro que está validado e onde um conjunto de pequenas rubricas, que somadas dão uns valores importantes, mas que não tem tradução sob pena de o orçamento ser um, uma coisa qualquer absolutamente ilegível. Ou seja, as regras que estão aprovadas para a apresentação destes documentos estão aqui representadas, foi isso que eu quis dizer quando estavam... porquê? porque eu já sabia que vinham com os Outros. Aliás não há ano nenhum que as oposições sejam elas quem forem que não me venham com os Outros, os Outros, os Outros. Volto-lhe a dizer e queria aqui dizer-lhe não é nenhum saco azul, não é nada escondido, bem pelo contrário, é uma forma de apresentação que mais, que está completamente traduzida no orçamento. Não há ali nenhuma entidade abstrata que apareça ali de, de forma estranha. Não há. E queria-lhe dizer que não há, nunca houve, nem no passado, nem agora. E, portanto, não há. Portanto, eu queria dar esta nota e perceber uma outra, e continuar com a minha explanação referente a algumas questões.-----

----- Relativamente à saúde falam que nós não temos estratégia. Nós temos e de que maneira. Nós precisamos de uma coisa absolutamente fundamental e vamos precisar cada vez mais. Aliás, eu queria reforçar aqui a ideia e, e de alguma forma pelo menos nesta parte inicial da forma de apresentação de uma proposta que nos chegou agora, aqui à nossa região, para a constituição da Unidade Local de Saúde. O que é isto? É no fundo criar uma entidade que integra os hospitais e os Centros de Saúde dentro da mesma, dentro da mesma, da mesma entidade. Parece-me uma boa medida porquê? Vai indiscutivelmente, se for bem utilizada esta possibilidade, fazer com que imensas consultas médicas sejam evitadas, porquê? Porque o médico do Centro de Saúde funciona como se tivesse dentro do hospital a pedir, nomeadamente, exames complementares de diagnóstico e tantas outras, e pareceres objetivos, porquê? Porque está dentro da mesma, da mesma estrutura e isto indiscutivelmente, posso-lhe dizer que defendo há N, há muito tempo, há muito tempo. Aliás a própria Comunidade Intermunicipal defendeu isso, por minha influência naquela altura. Quero-lhe dizer que os dois exemplos que eu conheço que é Matosinhos e a Guarda tem este modelo de funcionamento, portanto, se nós conseguirmos implementar isto aqui é um, indiscutivelmente uma boa medida de, que, para a nossa região. Mas atenção isto não chega, isto não chega e não chega mesmo. Queria dizer-lhe que do ponto de vista e daquilo que até onde a Câmara pode chegar nós em termos de saúde temos estado a usar da melhor estratégia, por uma razão muito simples, estamos a prover o quê? As melhores condições para os nossos utentes e para os nossos profissionais de saúde. Isto é indiscutivelmente uma ótima medida e será sempre uma ótima medida. Agora, nós precisamos efetivamente é que o Estado, o Estado Central não se iniba do seu papel e nos coloque cá aquilo que é fundamental, que são médicos, enfermeiros e profissionais, todos os profissionais. E atenção, na tal política de descentralização, em momento nenhum o Estado, o Governo Central, vai dizer que isto vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

passar para as Autarquias. Portanto, não venham para aqui dizer que nós precisamos de uma outra estratégia, uma outra qualquer em que a gente venha aqui dizer que precisa de X médicos, quando o Estado não os coloca cá. Nós precisamos que esses recursos e que o Estado assuma plenamente essa sua responsabilidade única e exclusiva, e exclusiva, e incontornável e, portanto, coloque cá os meios. Da nossa parte, nós estamos a fazer efetivamente esse ótimo trabalho. Nós temos, eu diria que não há, não há nada que se compare àquilo que nós temos vindo a fazer, nós estamos a fazer muitas, muitas, muitas intervenções nas nossas unidades, com unidades de saúde novas, a reformularmos e a melhorarmos outras. Eu estou-me a lembrar, por exemplo, do Centro de Saúde de Águeda que vai ficar a funcionar de uma forma modular, já está, a unidade de saúde ali no alto da vila, já funciona dessa maneira, lá em cima indiscutivelmente vamos ficar com uma unidade de primeira, primeira qualidade. E queria-lhe dizer que tenho visitado amiúde as obras do hospital, e vai ser um momento e que eu peço a todos para nos unirmos em torno de uma estratégia, que é a nossa estratégia. E peço a todos, e olho com muita atenção para a bancada do Partido Socialista, porquê? Porque representa aqui o partido do Governo. Nós daqui por alguns meses, poucos, vamos inaugurar, temos condições para inaugurarmos a nova urgência do hospital de Águeda e os, a área de meios complementares de diagnóstico. A partir desse momento é um desígnio de todos nós reivindicarmos melhoria, um reforço e capacitação do pessoal médico que aqui presta serviço. E conto com todos. E esta é a nossa estratégia. Até aqui não podíamos pedir a essas pessoas esses profissionais por uma razão muito simples, nós não tínhamos condições para os acolher. Nós não tínhamos condições para que lhe fossem prestados serviços com o mínimo de qualidade, e por isso ficámos sem eles. Também por isso ficámos sem eles. Daqui por uns dias nós vamos ter todas as condições, para os poder acolher de novo, e vamos, é este o repto, é esta que deve ser a nossa estratégia. A verdadeira estratégia, unidos em torno daquilo que importa efetivamente para as nossas, para as nossas populações e aí estamos cá, as obras estão a decorrer dentro da normalidade, têm algum atraso como lamentavelmente nos fartamos de dizer todas as obras de, públicas, neste momento praticamente todas decorrem com algum tipo de atraso, porque efetivamente desde o fornecimento de equipamentos, desde os problemas relacionados com a falta de mão-de-obra, vão-nos atrasando, mas atenção, o empreiteiro está a fazer tudo para cumprir, a Câmara Municipal, o centro hospitalar, os fundos comunitários estão a ser todos congregados e a obra está a decorrer e a fluir perfeitamente. Esta é indiscutivelmente uma obra estratégica nesta tal Unidade Local de Saúde, que nós saudamos e que acolhemos, e que espero vir de encontro àquilo que são as necessidades das nossas populações, mas onde nós efetivamente vamos precisar de estarmos muito unidos relativamente. Desculpem-me este parêntesis para a saúde, mas como percebem é uma área que me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

é bastante querida, e, portanto, peço-vos aqui, uma vez mais, e pedirei sempre todo o apoio, também estou certo que não me irão faltar com isso. -----

----- Relativamente à questão dos incêndios florestais e daquilo que nós temos feito, era importante que nós estivéssemos atentos e fossemos vendo o que temos vindo a fazer, porque efetivamente é notável, e mais, temos uma estrutura montada a este nível que é apontada por muitos como referência. E, portanto, nesta e noutras áreas. Muito obrigado! Edson faça-me um favor.” -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal, Edson Santos:** Sim.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Complementa só.-----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal, Edson Santos:** Sim, em relação só, em relação à rubrica AgitÁgueda de facto onde diz AgitÁgueda tem setecentos e quarenta mil euros, mas depois o AgitÁgueda não é só o evento e si, não termina em julho, nem começa em julho, há rúbricas que estão referidas aí, que é rubrica de divulgação e promoção turística onde estão duzentos e quarenta, duzentos e dez mil euros, ou seja, se somar setecentos e quarenta mais duzentos e dez dá novecentos e cinquenta. Está dito. Penso que é aqui que está esclarecido. Ou seja, nós cabimentámos nas rúbricas AgitÁgueda e temos a promoção turística, porque é o evento que promove o Concelho, promove, é de promoção turística também. -----

----- Em relação à natalidade deixe-me só, permita que lhe diga: todos nós queremos que se façam mais crianças para o nosso Concelho, é óbvio, a forma é que é diferente, nós o PS diz que dando três mil euros a cada família vamos ter mais crianças. Nós acreditamos que é fazendo, requalificando as nossas escolas, dando o apoio social às nossas crianças, é apoiar o desporto, apoiar a cultura, o acesso à cultura é importante, o acesso ao desporto é importante para a nossa saúde. É importante que não haja nenhum miúdo neste Concelho que não pratique desporto porque os pais não podem pagar, a Câmara tem aqui verba de apoio aos clubes, para que as pessoas com carências ou as pessoas neste caso famílias com, que estejam no escalão A, não paguem a mensalidade aos clubes. Portanto, é a diferença. E eu lembro uma coisa eu vi cá pessoas que em novembro receberam duzentos e quarenta euros e o que é que aconteceu? E se dermos três mil euros, o que é que vai acontecer passado seis meses a estes três mil euros irem, terem sido entregues? Não é, nós acreditamos que não são efetivamente, dar dinheiro, não é por aí que devemos aumentar a nossa natalidade, é apostando na educação, na saúde, no acesso à cultura e no desporto. Portanto... e no emprego. Portanto, acho que aqui é a diferença entre uns e outros. -----

----- Em relação à forma, e eu vou terminar, também não vou dizer muito mais. Em relação de fazer o plano e orçamento, eu, às vezes até me dá vontade de rir, mas vou partilhar isto com vocês, e eu estou-me a dirigir lá para cima porque é para vocês que tenho que falar hoje um pouco mais, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para eles já disse tantas vezes a mesma coisa, que é o seguinte: esta, a forma de fazer este orçamento, já é feito aqui há 16 anos pelo menos, da mesma forma, eu era responsável de fazer este orçamento na altura que era o Dr. Gil Nadais, e era a oposição, era o PSD, e era criticado da mesma forma. Depois quando foi pelo Juntos Independentes, o orçamento foi feito exatamente da mesma maneira, e aí já era, já era criticado quer pelo PSD quer pelo PS, agora estamos numa coligação com o PSD, o PS que apoiava a forma como eu fazia o orçamento, agora já diz que não é assim que se deve fazer. Portanto, os outros são sempre, os outros e nós seremos sempre nós, à nossa maneira. Portanto era só isto. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado. Eu só queria explicar uma outra nota, porque eu acho que é absolutamente importante toda a gente perceber, este orçamento é absolutamente fundamental para a atividade da Câmara, basta que a Câmara Municipal pretenda comprar um prego, que no momento em decide comprá-lo tem que ter cobertura orçamental, que imediatamente é cativada para a compra desse prego, e quando estou a falar de um prego, é da coisa mínima à coisa maior que nós possamos decidir efetuar, que fique absolutamente claro. E, portanto, o rigor indiscutivelmente é indissociável de todo este processo, porque, afinal de contas, aquilo que parece tentam passar a ideia de que se faz de forma leviana tem uma tradução, absolutamente um rigor externo, e de, e completamente escortinado por múltiplas entidades, nomeadamente fiscalizadoras. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente, e caros colegas, e Sr. Presidente da Câmara Municipal, eu agradeço-lhe muito as suas respostas, inclusive as respostas que me deu a coisas que eu não disse, que foi aliás o que mais aconteceu. E, e noto também uma coisa, fui a única intervenção que mereceu resposta foi a minha. Nenhuma. Nem, nem deu uma alegria à sua bancada de apoio, de ao menos, pronto, como fazer um comentário ao que eles disseram, nada. Isso alegre o Partido Socialista significa que o que dissemos é importante. Portanto, vamos então, falar sobre o que eu disse, porque eu não falei de saco azul; eu não falei de identidade abstrata; eu não disse que os senhores estão a fazer ilegalidade nenhuma. O que eu disse é que, um em cada seis milhões, em cada seis milhões de euros está em Outros. O que disse é que a percentagem desse valor de Outros está a subir de ano para ano, muito. O Sr. Presidente utilizou uma expressão que é um valor pequenino, doze milhões de euros em cerca de sessenta milhões de euros, não é pequenino, vá explique às pessoas na rua que é pequenino. Não é. Não é pequenino. E ninguém está a dizer que o senhor vai fazer ilegalidade nenhuma com isso, até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

porque estamos cá nós também. Estamos a dizer é que não permite, não permite uma avaliação cabal do orçamento e dificulta a sua execução. O que se mistura depois com documentos que não são entregues, o que se mistura com diálogo que por vezes não acontece, e o que se mistura com uma fuga na resposta para um estilo assim agitado e a falar diretamente nos olhos das pessoas, a fingir que nós dissemos coisas que não dissemos. Pronto, nós estaremos vigilantes. Vamos então comentar algumas das coisas que, que referiu. O Sr. Presidente disse: “Pois, mas isto implica fazer opções”. Este documento chama-se exatamente grandes opções do plano. Nós, garanto-lhe, não tomaríamos como opção num orçamento de 60 milhões de euros, ter 50 mil euros para a aquisição de terrenos, indique-me qual é a política pública no Município que é o maior do distrito de Aveiro, que é o quinto maior do distrito de Aveiro, se não erro, em termos de população, que tem esta quantidade de Freguesias e de União de Freguesias e que tem quarenta e muitas mil pessoas, o que é que 50 mil euros na aquisição do terrenos tem impacto no que quer que seja, é que quase nem numa família de classe média. Há de explicar-me com certeza e cá estarei, porque isto eu perguntei efetivamente. Isto eu comentei mesmo. Depois na resposta que foi dada pelo Sr. Vice-Presidente também comentou coisas que eu não disse, mas na reunião do exercício do direito de oposição, francamente, pareceram-me ter entendido. Nasce uma criança em Águeda e nós dizemos aos seus pais, os senhores podem adquirir este ano até mil euros em bens essenciais, que estão listados pela Autarquia e protocolados pelo comércio de Águeda, garanto-lhe que seria muito útil para as pessoas, para as crianças e para os pais delas, garanto-lhe que o comércio beneficiaria muito disso, e em momento algum lhe disse que não somos favoráveis à escola pública. Nós temos pergaminhos nessa área. Em momento algum lhe disse que não deveria aporte à prática desportiva. Em momento algum lhe disse... os senhores misturam alhos com bugalhos para confundir as pessoas. Portanto, nós estamos a falar de uma outra medida, de uma medida excecional para tempos excecionais, e que tem um objetivo, apoiar o comércio de Águeda, porque assim garantiríamos que cada mil euros por ano que estas crianças receberiam até ao máximo de 3, portanto, no máximo três mil euros até ao máximo de 3 anos da criança, garantiríamos que esse dinheiro ficaria no comércio, no pequeno comércio de Águeda, e garantiríamos que os pais e as famílias teriam esse apoio, não vejo qual é a parte em que discordará. Até porque há Câmaras Municipais que estão a implementar isto, aliás Juntas de Freguesias que têm medidas de outra escala, mas análogas. Pasmese, até aqui no Município! Até aqui no Município! E, portanto, desculpe, o Partido Socialista de Águeda é favorável ao estado social, é favorável aos apoios, e ao desenvolvimento pelas entidades públicas de tudo quanto possam e devam em relação à saúde, à educação, à igualdade de oportunidades para as pessoas. Não vai ser com certeza outra, outro, outro partido político de direita aqui que nos vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ensinar a fazê-lo. Agora, a isto que podem acrescentar-se outras medidas. E às medidas do Estado Central, existe a Autarquia local, que tem autonomia, que pode acrescenta outras. Por isso, nós também no âmbito do direito do exercício do direito de oposição, também apresentámos uma outra proposta ligada à prática de desporto, que seria cerca de cento e cinquenta euros por criança para que os clubes integrem crianças, inclusive aquelas que tenham menos aptidão para a competição desportiva, e que houvesse até uma majoração para a integração de crianças com deficiência para desporto adaptado. Mas porque é que esta medida não lhe pode fazer sentido? Porque é que não podemos discuti-la? Porque é que não pode acolher uma parte dela? Porque é que... bom! Adiante! Estaremos vigilantes quanto a Outros, e quanto aos Outros dos Outros. Aquilo que eu disse não é aquilo a que o Sr. Presidente de Câmara respondeu. Por outro lado, por outro lado, não entendemos ainda assim porque é que a estratégia municipal de saúde mereceu, enquanto medida, a aprovação de todo o Executivo, e não consta, não entendemos, achamos que deveria estar. Achamos que deveria estar. E achamos que deveremos debater alargadamente sobre isto, e acho que não devemos esperar um ano ou dois para que, para que este instrumento, este instrumento exista. Dê-me só um segundo, porque às vezes, eu estou a terminar, mas a minha caligrafia às vezes é um pouco difícil para mim. Muito bem, sei, sei, sei explicar-lhe o que gostaria de dizer, dizer por fim. Recordo-me bem Sr. Presidente, o Sr. Presidente recordar-se-á bem também, e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal também terá ocasião de recordar-se, e outros que aqui estão, que na reunião que tivemos, que foi longa, com a senhora anterior Ministra da Saúde, que foi conseguida no prazo de uma semana desde que foi pedida, em que teve a intervenção positiva, penso que o reconheceu até na altura, do Partido Socialista de Águeda, foi dito e redito, por vários responsáveis que estavam do outro lado da nossa Mesa, muitos deles com muita experiência na área da saúde e da gestão da saúde o seguinte: Águeda tem um problema na fixação de profissionais de saúde, as vagas existem, muitas vezes concursos ficam desertos ou as pessoas vêm, estão uns meses, um ano ou dois e vão-se embora. Isto foi detalhadamente explicado. Bem sei que as responsabilidades do Poder Central são as responsabilidades do Poder Central, aliás já me coloquei aqui, noutros tempos, contra naqueles termos a passagem de determinadas competências, naquele tempo e naqueles termos. O que lhe quero dizer é o seguinte: Sr. Presidente já falámos, de maneira informal, e também no exercício do direito de oposição de forma, de forma formal lho disse, o que diferencia para um médico neste momento fixar-se tem que ver não só com a dimensão da escola médica de que faz parte, ou mesmo o enfermeiro, mas também a outros fatores de diferenciação e não há nada que proíba a Câmara Municipal de dizer um médico que se fixe em Águeda terá aqui a oportunidade, por exemplo, isto é apenas um exemplo, de arrendar um apartamento a um custo controlado que nós tratamos disso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Nós podemos até oferecer uma vantagem a um médico que se fixe em Águeda. Nós podemos acrescentar alguma coisa que nos diferencie, porque isto está detetado. Os médicos candidatam-se, muitas vezes vêm, estão algum tempo e vão embora. Portanto, há aqui uma dificuldade de fixação do profissional de saúde, isto foi-lhe explicado e o Sr. Presidente não contradisse na reunião em que eu estive. Portanto, não lhe estou a dizer que é sua responsabilidade fazer este tipo de incentivos ou outros. Agora que as populações serão beneficiadas, se nós conseguirmos acrescentar motivos para um médico fixar-se em Águeda, não tenho dúvidas disso, e sei que é o que o senhor quer, e sei que não duvida que é o que eu quero, e digo-lhe com toda a franqueza, tenho toda, toda, toda a disponibilidade enérgica do Partido Socialista para ajudar, e a minha, e não me recordo de não ter atendido o meu telemóvel pela última vez que tocou com a sua chamada. Quando é que foi? Há quantos anos é foi?-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor?-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. O debate sobre as grandes opções de plano para o próximo ano, decorreu até agora com normalidade e com habitualidade. O CDS, como, como é evidente, até agora não fez nenhuma intervenção, mas gostaria de repisar aquilo que o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente especificou e concordar inteiramente. É verdade que os orçamentos são feitos há muitos anos da mesma forma. É verdade em que no tempo em que a Câmara era do Partido Socialista, o partido Social Democrata tinha uma posição sobre a forma como era feita o orçamento. É verdade que depois passou a ser os Juntos a governar Águeda, e então o PS e o PSD passaram a criticar a forma como era feito o orçamento, e é verdade que agora os Juntos com o apoio do PSD governam Águeda, e o PSD deixou de criticar o orçamento, o PS mantém-se a criticar o orçamento. Portanto, estes foram mudando, nós não. Nós temos tido sempre a mesma posição. E a nossa posição, e que não muda, é a seguinte: quem ganhou as eleições em Águeda foi a atual maioria que governa a Câmara Municipal, essa maioria apresentou ao eleitorado um conjunto de compromissos eleitorais, compete aos eleitores que votaram nessa maioria exigir o cumprimento dessas metas eleitorais. Nós apresentámo-nos com outras propostas. Recebemos votos, mas não foram suficientes para ganharmos a Câmara Municipal, compete-nos a nós fiscalizar em primeiro lugar a legalidade e depois o cumprimento do interesse, daquilo que consideramos o interesse municipal, é esta a visão que temos sempre, tido sempre e que tem, temos trazido sempre aqui. Acompanhamos algumas das críticas e acompanhamos muitas das medidas positivas que encontramos vertidas neste, neste orçamento. E tenho de reforçar uma ideia que o Sr. Presidente da Câmara aqui trouxe no início que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um fator positivo, que é o facto de termos tido mais tempo para analisar este documento, são coisas positivas. É verdade que as verbas inscritas em Outros têm vindo permanentemente a aumentar, isso também era muito criticado pelo PSD, agora deixou de ser. É pena que vão aumentando. Mas eu também compreendo que não se pode especificar num documento deste tipo todas e quaisquer verbas que vão ser gastas, muitas delas terão de ser especializadas mais tarde. Sr. Presidente, aquilo que eu apelo é que em primeiro lugar zele pelo cumprimento do orçamento no que respeita à sua execução no planeamento de médio e de longo prazo para o Município. Seria incompreensível no nosso entender, antevendo nós e tendo já repetidas vezes vindo aqui falar nisto, das dificuldades que estamos a passar presentemente, nós, as famílias, as empresas, as Autarquias, as Juntas de Freguesia que têm que se ver e desejar para pagar aumentos salariais ao mesmo tempo que aumenta a inflação. Num contexto que é extremamente difícil em que já se anuncia uma recessão, seria impensável nós votarmos contra um orçamento num ano que é absolutamente decisivo para a captação de financiamento comunitário, que irá ser depois injetado na economia. Já aqui disse por diversas vezes é preferível ter um plano mesmo que mau do que não ter plano nenhum. E, portanto, nestes termos, informo que a posição do CDS em relação a este orçamento é, como tem sido, a de votar a abstenção. Isto por um motivo simples, houve uma exceção num determinado ano, mas essa tinha uma razão, é que nós estávamos convencidos, e estamos agora certos de que o orçamento não estava em plena conformidade com a lei, e na leitura que fazemos deste documento não encontramos com a lei nenhuma desconformidade, e, portanto, o Grupo Municipal do CDS vai abster-se. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Mascarenhas, por favor.-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:** -----

----- “Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Secretárias, caros colegas, público aqui presente e em casa. É ambicioso este plano orçamental, fiquei surpreendido que no ano atual temos, tenhamos cinquenta mil euros de orçamento e foram apenas executados vinte e sete mil euros. Milhões, milhões sim, peço desculpa. OK. Há dois anos que vim cá, e várias vezes já falei sobre o tema, e estamos a falar sobre a passadeira em frente à escola Adolfo Portela. É um, uma situação que não faz sentido. Portanto, estamos a falar de crianças em risco, as minhas crianças, as vossas crianças, os vossos netos e os vossos filhos, são crianças que todos os dias estão em risco de serem atropeladas porque as pessoas não param na passadeira, vão em excesso de velocidade, motas em cavalinho, espero que este orçamento permita que seja contemplado a passadeira em frente à escola Adolfo Portela, em frente à escola, não é atrás



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

porque eu surpreendentemente vejo que colocaram duas bandas atrás para desaceleração das viaturas, mas o que ela era preciso era à frente. Queria também pedir que fossem executados os planos de segurança nas escolas, que fossem colocados equipamentos adequados de segurança contra incêndios em edifícios, que fossem executados os planos de emergência internos, os simulacros, espero que esse dinheiro possa permitir dar para isso tudo, porque estamos a falar das nossas crianças, e para que seja apoiada a natalidade também, porque a natalidade pressupõe crianças, e crianças pressupõe segurança, e lembro que o Sr. Presidente da Câmara é o responsável da Proteção Civil Municipal é o responsável pela segurança de todos nós. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Mário, por favor.-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos – PPD/PSD.MPT:** -----

----- “Boa noite. Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os presentes. Ora bem, várias Assembleias municipais, tem-se falado aqui muitas vezes do passado, falamos do passado, passado, eu vou expressar que eu estou mais preocupado com o futuro e talvez com algum presente, mas o importante é o futuro. Falou-se hoje aqui em muitas coisas, muitas, desde cemitérios, desde isto e aquilo, só queria lembrar que os nossos munícipes estão à espera que a gente resolva os nossos problemas. Tudo o que a gente fizer aqui são autênticos fait divers, ataca dali, ataca de acolá. Mas lembrem-se de uma coisa, lá em casa os nossos munícipes querem é os problemas resolvidos. Eu não queria deixar de passar esta oportunidade porque sou uma pessoa muito preocupada com empresas, com o criar a riqueza, é preciso trazermos as pessoas para o Concelho e quando vejo um investimento previsto primeiro de vinte, já agora foi dito vinte e quatro milhões de euros para acolhimento empresarial, sinceramente, é isto que verdadeiramente me interessa. São, é a partir daqui é que a gente pode ter tudo o resto, e, portanto, queria que, e colocava aqui ao nosso Presidente da Câmara, fale-nos um bocadinho sobre este projeto, sobre estes vinte e quatro milhões, o que é que está previsto ser feito? Quem é que a gente tem em vista trazer para este Concelho? Para tornarmos um Concelho mais rico, mais forte em termos empresariais, o que é que está a ser feito? Isso é que efetivamente são coisas desta dimensão e desta grandeza é que me... portanto, me interessam sobremaneira. Agora, se os outros é assim ou se os outros faziam assado, até por acaso, até tenho uma curiosidade em ver, ainda há bocadinho falou-se aqui em vinte e sete milhões executados do orçamento anterior, e por exemplo até final do ano, o ano ainda não está fechado, mas até vou ver quando, quando terminar o ano, quanto é que representou em termos de execução de orçamento os Outros, se foi dois milhões, se foi três, se foi cinco, também estou curioso em relação a isso. Mas, o mais importante, e a questão que coloco aqui, é efetivamente se o Sr. Presidente em dois ou três minutos nos pode dar aqui uma resenha sobre o que é que está previsto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para o acolhimento empresarial. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Portanto, julgo que então não haverá mais intervenções. Sr. Presidente quer, por favor, terminar.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, acho que sim, penso que, vou tentar, naturalmente, dar algumas respostas e, e relativamente àquilo, às questões levantadas pelo, pelo Doutor Paulo Tomaz, eu muito sinceramente acho que, ele naturalmente foi contrabalançar, mas estamos esclarecidos relativamente a, acho que não há nenhum esclarecimento especial, a única coisa que eu, que eu digo é que relativamente a esta questão dos Outros, aquilo que eu digo é que, volto a repetir, não é qualquer coisa meio abstrata. Porquê? Porque tudo isso tem uma tradução no, no orçamento. E, portanto, eu diria que na própria questão agora levantada pelo, pelo Mário Firmino, o Firmino Mário, que é ao contrário, diz-me, diz-me o seguinte: é pá, vamos lá a ver o que é que é, isto se traduz depois em contas no final. Não, não, as contas depois têm outro tipo de apresentação completamente diferente, e que já não é bem assim, embora apareçam Outros, que volto a dizer, eu não disse que são coisas pequenas é um conjunto é de pequenas notas, de pequenas rúbricas, que são congregadas em termos de apresentação do orçamento, e estamos a falar do quadro para esses tais, para esses tais Outros. -----

----- Relativamente ao que o Deputado Mascarenhas disse relativamente a esta questão, eu queria-lhe dizer que estamos a, as passadeiras, nós em frente à Adolfo Portela e aproveito para esclarecer, temos ali um assentamento de uma vala que, de uma vala que é do, da... que foi feita na altura da, da expansão do sistema intermunicipal do Carvoeiro que tem um assentamento que, assinalável, e isso é que implicou ainda a não instalação de um sistema idêntico ao que está na rua detrás, na Calouste Gulbenkian, em frente à Adolfo Portela para travarmos essa questão. E tudo isto porquê? O declive que tem impede que, que se possa fazer de forma eficaz o assentamento daquelas placas, daquelas almofadas redutoras de velocidade, que é o nome, é a designação que têm, penso que é um sistema diferente que já vem sendo utilizado noutros sítios e que nós também estamos já a utilizar, mas, e precisamos... a tal, a tal depressão é relativamente baixa e macia, o que quer dizer que é preciso estudar muito bem o material e termos condições climatéricas para colocarmos ali o material. Porquê? Sob pena de não, de não ter fixação. É essa a razão porque até lhe digo mais, a prioridade absoluta era para a porta da escola, as condições climatéricas é que ainda não, não nos permitirem colocar, fica a saber que vai ter, e vão ter inclusivamente num, com um desenho diferente, e quanto a mim mais eficaz, que é antes de uma passadeira, da passadeira, mas de um lado e de outro, e com, com aqueles pinos também que depois vão ter para, para termos a contenção. Neste momento temos um problema sobretudo para os utilizadores, que deposita ali um bocado de água no dia da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

chuva, mas meus amigos enquanto não tivermos tempo melhor, não vai ser fácil nós resolvermos esta questão. Porquê? Se eu lá for mandar, se lá mandarmos pôr um pouco de alcatrão agora em cima daquilo, garanto-lhe que não são muitas das horas em que ele lá está. Porquê? Volto a, volto a explicar, não tem espessura para que o, que agregue e, portanto, aquilo passado um bocado é areia espalhada. Nós depois, mas é que há uma coisa que eu sei há uma, há uma entidade que não faz tudo em todo lado e ao mesmo tempo, sabe quem é? É quem faz. Nós não conseguimos fazer tudo e em todo lado e ao mesmo tempo. Queria-lhe dizer que, relativamente às nossas crianças, este orçamento também tem uma verba significativa para a escola Adolfo Portela, nomeadamente para o projeto que a Câmara assumiu e já, já o estamos a contratualizar. E ficaria muito contente, se conseguíssemos ainda durante o próximo ano lançarmos a empreitada. Nós estamos apostados nisso, eu o, as datas que marcámos para os projetistas é nesse sentido. E, portanto, queria dizer que também já aí, eu diria que estamos bem, bem posicionados para garantirmos financiamento. Portanto, esta questão eu acho que nós temos, temo-nos, passo a expressão, desenrascado muito bem nessa questão de captar financiamento para cá, e vamos continuar, porque efetivamente é um dos papeis absolutamente fundamentais nestes tempos que correm. -----

----- Relativamente a esta questão das áreas de acolhimento empresarial, pois eu, é uma das áreas que eu terei muito gosto em explicar minimamente o que se vai fazer, como toda gente sabe, portanto, no primeiro, no âmbito do PRR, no primeiro concurso que houve para áreas de acolhimento empresarial no país, Águeda conseguiu a melhor e a maior candidatura aprovada, um valor extraordinariamente significativo nos cento e dez milhões de euros que foram distribuídos nessa altura, nós ficámos com mais de vinte, e agora posso-lhe dizer que hoje tivemos a confirmação que afinal é mais IVA, e é ótimo porque passa a vinte e quatro. E isso é muito bom. Queria-lhe dizer também que temos o... assenta a nossa intervenção em cinco eixos que têm que ver, primeira questão com a produção de energias renováveis, e tudo isto para produzirmos energia que é fornecida diretamente aos, aos empresários e às empresas de forma gratuita, gratuita, que lhe garante no mínimo trinta por cento das suas necessidades energéticas e, portanto, isto tem uma vantagem extraordinária para o nosso parque, porque só em custos energéticos, vejam bem, o ganho das empresas que ali estão instaladas e das que se venham instalar. Nós vamos, inclusivamente estamos já neste momento a criar uma coisa que se chama uma comunidade de energias renováveis para funcionar com, com as empresas que, que estão e, portanto, no âmbito, e estamos já a tratar de todo o tratamento jurídico que é preciso para termos uma comunidade dessas e que, portanto, faça depois a distribuição dessa, dessa energia. No âmbito do parque há a construção de um edifício que vai acolher por um lado baterias para, para armazenar, digamos assim, essa energia toda que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

produzida, e voltamos a falar de energias absolutamente limpas, mas também para albergar um sistema de, de defesa contra incêndios do próprio parque. Mas mais do que isso, o grupo dos jeeps do grupo de intervenção permanente da GNR também vai ter ali o seu aquartelamento definitivo, que é uma coisa que nós lá temos há muitos anos, e que agora encontramos aqui cabimento para o lá podermos colocar, e ainda mais com um financiamento que o torna ainda muito mais confortável para todos nós. Uma vez mais, penso que tivemos muito bem e a conseguirmos uma coisa que é absolutamente essencial para Águeda, e sobretudo para a floresta de Águeda. Aquele grupo de intervenção permanente da GNR que está ali com um helicóptero é fundamental para a primeira intervenção nos incêndios. E é o Município que garante o financiamento das equipas que dão apoio àquela estrutura, e tivemos que o fazer, com a colaboração dos bombeiros, com um protocolo que temos também com os bombeiros, mas é o Município que garante o funcionamento dessa estrutura. Depois temos outras áreas: áreas, nomeadamente de construção de redes 5G. Para quê? Para termos as melhores condições que vamos disponibilizar às nossas empresas. Depois um conceito de que somos piloto nacional, que são as chamadas ilhas de estabilidade energética. Foi um conceito que nós resolvemos. E resolvemos a partir de quê? Lembrem-se com toda a certeza do furacão Leslie, ele criou ali um conjunto de dificuldades muitas quedas de árvores, e durante uma temporada, a seguir ao Leslie, nós fomos confrontados com reclamações das empresas que tinham, atenção, não era responsabilidade da Câmara, mas a Câmara sentiu essa preocupação por parte do, dos empresários, e foi procurar resolver, e o que é que acontecia? Havia um conjunto de cortes e de micro-cortes que eram interrupções de fornecimento, que num conjunto de empresas que temos por ali, que são nomeadamente utilizadoras de grandes tecnologias, de robots e coisas do género, um simples micro-corte interrompe todo um processo de fabrico, e isto era dramático para os nossos empresários. Nós fomos atrás e fomos com as entidades competentes procurar soluções e essas soluções leva-nos a quê? A que fossem designados como piloto nacional do tal conceito de ilha de estabilidade energéticas. Também vai ser devolvida com o quê? Vamos conseguir fazer um abastecimento do parque por mais do que uma, do que uma fonte, mais do que uma via e, portanto, a partir daí conseguimos manter esse conceito de estabilidade e digamos que no...em termos de previsão de possibilidade de corte, ela é extraordinariamente diminuta, eu diria que era preciso uma grandíssima tempestade para poder haver um qualquer corte de fornecimento de energia no parque. E, portanto, como veem nós temos aqui inclusivamente uma outra linha que vai inclusivamente abranger a questão da defesa contra incêndios, que, naturalmente, serve para ali e serve para outras zonas. E, portanto, estava aqui eu a dizer que, que é um projeto muito ambicioso que nos vai colocar com uma capacidade de resposta, e sobretudo com condições para oferecer aos nossos empresários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e aos, quem se queira vir estabelecer em Águeda absolutamente únicas. Únicas e indiscutivelmente melhores. Tudo isto para vos dizer que conseguimos estabelecer no PDIRT que é o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Redes Elétricas Nacional a possibilidade de vir a abastecer o parque da, o parque do Casarão com muito alta tensão, e isto representa uma diminuição de custos para o fornecimento, para o trabalho das empresas absolutamente essencial. Ficamos, se isso acontecer passamos a ser o terceiro parque em Portugal que tem essas condições. E queria-lhe dizer que temos aí um conjunto muito grande de empresas que se vêm instalar no nosso parque, muito em breve. Estamos a tratar do processo de, de alienação dos terrenos e dos lotes, e isso vai acontecer com, penso eu, que daqui, dentro de algum tempo poderemos aqui estar a anunciar inclusivamente grandes investimentos. É este trabalho que fazemos todos os dias, e eu acho que, que temos confiança e os resultados, e sobretudo as projeções que vamos fazendo é que nos, sinceramente, nos indicam que trabalhamos com estratégia, mas sobretudo com uma grande capacidade de envolvermos pessoas, entidades e conseguirmos os financiamentos necessários para estas ideias que temos, sendo certo que também vamos tendo que, de vez em quando, adiar algumas, muitas outras ideias que continuamos a ter. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, muito obrigado. Srs. Deputados, estamos então em condições de passar à votação do ponto.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, uma nota porque eu penso que as pessoas estão preocupadas. É só para dizer que o Gabriel Arsénio que teve ali aquele coiso, está tudo bem com ele, ele foi, naturalmente, para casa, porque recomendámos que fosse para casa, mas ele está completamente bem, foi uma quebra de tensão. Acontece e ficamos contentes todos nós para saber que acontecem aos mais novos, aos assim e assim e aos outros e, portanto, é uma coisa boa que estas coisas acontecem, e enquanto é assim é muito bom. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado pelo esclarecimento. Todos nós estávamos preocupados de certeza. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com 19 votos a favor e 12 abstenções (7 do PS e 5 do CDS), a proposta da Câmara Municipal para aprovação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2023. ----

----- **2.2 Tomada de conhecimento do Relatório Semestral dos Técnicos Auditores, sobre a informação financeira do Município de Águeda referente ao 1.º semestre de 2022;** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, eu não sei quem vai explicar o ponto, neste caso a tomada de conhecimento. Se alguém vai fazer alguma apresentação? O senhor? Sr. Vice-Presidente, nada? É apenas a tomada de conhecimento. Srs. Deputados, nada a dizer? Muito obrigado. -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca do ponto acima referido, de imediato se passou ao ponto seguinte da ordem do dia.-----

----- **2.3 Eleição do representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Águeda, em substituição da Dra. Marlene na sequência do seu pedido de renúncia ao cargo na Comissão Alargada da CPCJ de Águeda;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, vamos ouvir a proposta, por favor. -----

----- **Secretária da Assembleia Municipal, Cristina Cruz:** Então, o Grupo Municipal Juntos PSD/MPT propõe para substituir a Dra. Marlene Gaio, na comissão permanente da CPCJ, a Deputada Maria Cláudia Ribeiro deste Grupo Municipal.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigada Sra. Secretária. Portanto sendo esta a única proposta é a única que vai a votação. Vão verificar que está ali a cabine ou a mesa de voto, a urna, a senhora Ercília vai distribuir, portanto, um a um os votos, é assim, vamos fazer por fila, que é uma questão mais orgânica e mais fácil. Começa a distribuir. Os Srs. Deputados vão exercendo e vão colocando o vosso voto. Eu peço, ainda assim, alguma celeridade, para tentar ver se vamos conseguir ter os vários pontos. Podem ir dois de cada vez porque a cabine de voto dá para dois. -----

----- Vamos então proceder ao escrutínio, por favor. Ora então procedido o escrutínio. Peço a vossa atenção, por favor, para continuar os trabalhos. Procedido o escrutínio, o resultado foi, portanto, 24 votos Sim, 4 Não e 2 votos em branco.-----

----- Portanto, em face da votação foi eleita a Senhora Deputada Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro para a representação na comissão alargada da CPCJ de Águeda. Portanto, fica também este ponto concluído.-----

----- **2.4 Apreciação e votação da Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente da Câmara, quer apresentar algo sobre o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, apenas e só pelo parecer positivo que a Câmara Municipal emitiu e que naturalmente representa uma forma de estar, que decidimos desde o início deste processo, ou seja, todos os processos que venham aprovados das Assembleias de Freguesia, pelo respeito que nos merecem os eleitos das Freguesias e das Assembleias de Freguesia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e pelo sentir que nós que reconhecemos mais próximo das populações, tem naturalmente o nosso, a nossa, o nosso aval e a nossa aprovação. E foi isso que fizemos e é isso que estamos a fazer e foi, portanto, exatamente esse o teor do nosso parecer. Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, muito obrigado. Srs. Deputados alguém quer-se inscrever para o ponto? Sr. Presidente da Junta de Belazaima e Agadão, Castanheira e Agadão, faz favor. Faz favor. -----

----- **António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão:** -----

----- “Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, estimado Executivo e Vereadores, caros colegas Deputados e um grande apreço ao público da nossa União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, nesta sala e que nos acompanham através dos meios de comunicação. Um grande abraço para todas as pessoas, Fregueses e funcionários da nossa união de Freguesias. Excelentíssimos senhores, a vida ensinou-me a ser grato, a dar o melhor de mim para o bem comum e desde já o meu muito obrigado. Como alguns de vocês, eu tive o privilégio de estar no Executivo de uma Junta de Freguesia antes de dois mil e treze e agora em União. Se antes, em tempos de Troika, o dinheiro era escasso, agora também é. Se a vontade de todos era para querer o melhor para as nossas terras e a nossa população, a certeza é a mesma. Em todos os processos e neste também, o mais importante são as pessoas. Vamos ter melhores serviços? Melhor qualidade de vida? Mais oportunidades? O foco nas pessoas e nas populações foi desde sempre a nossa razão de estar. Neste ano que decorre, neste mandato, existiu sempre uma vontade firme de proximidade com os nossos Fregueses no cumprimento da razão de ser das Freguesias. Ser Presidente é estar com as populações, conhecer os seus problemas e tudo fazer para o solucionar. As Juntas de Freguesia podem e devem intervir no desenvolvimento local e é o seu papel fundamental. Da nossa União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira e Agadão fazem parte as anteriores Freguesias de Agadão com trezentos e vinte e cinco eleitores, Belazaima do Chão com quatrocentos e oitenta e nove eleitores, Castanheira do Vouga com quinhentos e trinta e cinco eleitores, classificados como territórios de baixa densidade. A nível global com área oitenta e oito quilómetros. Cerca de mil e seiscentos habitantes em dois mil e onze e cerca de mil e quatrocentos em dois mil e vinte e um. Belazaima do Chão com cinco lugares habitados, Castanheira do Vouga com doze, Agadão com onze, e que temos vindo a perder serviços, tais como escolas, postos médicos, entre outros. Claramente um território com esta dimensão, quantidade de aldeias, de quilómetros de estradas e estradões, não é fácil um Presidente da Junta, a meio tempo, conseguir estar sempre fisicamente no terreno, mas também tem benefícios, teve cerca de mais quinze por cento quando foi a união das Freguesias, os funcionários e mais equipamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

conseguem, em grupo, fazer trabalhos que não conseguiam de forma individual. Também é muito importante perceber que ainda não houve a desagregação da União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira e Agadão e entender que existem outros passos que não dominamos e que a mesma possa não se efetivar. Mesmo que se efetive todos vamos continuar a trabalhar, a viver e a partilhar sonhos. E por falar em sonhos, Sr. Presidente da Câmara, Executivo e estimada Assembleia Municipal, somos uma união de Freguesias no interior do Concelho, mas a dez, quinze quilómetros de Águeda, onde a nossa principal indústria é a floresta. Precisamos de melhores estradas, melhores acessos e uma discriminação positiva para colmatar as dificuldades. Precisamos de muito mais, mas vamos trabalhar em conjunto. Por último, e não menos importante, a possível desagregação da nossa união de Freguesias. Todo o Executivo e temos a certeza que todos os membros da Assembleia de Freguesia ainda sentem com uma vontade e força maiores para continuar a construir, desenvolver e engrandecer todo este território. Todos nós iremos dar tudo para uma maior proximidade dos e aos nossos Fregueses, numa união de Freguesias com possibilidade de estar em pleno crescimento e onde é bom viver. O meu voto será em consonância com a nossa Assembleia de Freguesia. Desde já desejamos a todos umas Boas Festas e um excelente ano de dois mil e vinte e três. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. Por favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, este processo de desagregação de Freguesias só existe porque houve um processo de agregação de Freguesias. Mas vou mais longe, isto só existe porque durante duzentos anos ninguém quis mexer nas divisões administrativas das Freguesias. E para além de ser necessário, a cada geração, fazer essa renovação, porque há coisas que claramente, manifestamente, já não fazem sentido, também é muitas vezes necessário ter a vontade política como foi feito, por exemplo, pelo Presidente da Junta de Valongo e pelo Presidente da Junta de Trofa, Segadães e Lamas de rever os limites das próprias Freguesias umas com as outras. Coragem política e iniciativa política é aquilo que se pede dos Autarcas e das pessoas que trabalham diretamente e para as populações, e eu tenho um enorme apreço e um enorme respeito pelos Srs. Presidentes de junta em primeiro lugar e naturalmente pelas pessoas que compõem os Executivos das Juntas de Freguesia, também os das Assembleias de Freguesia porque são pessoas que vivem no dia-a-dia o confronto direto da população com situações que muitas vezes não, não dizem respeito nem caem na alçada das competências das Juntas de Freguesia. São cidadãos particularmente sacrificados, são pessoas que dão o melhor de si e dão a sua imagem, arriscam a sua imagem, para bem de todos os outros. Pensem muitas pessoas que é por vaidade ou para tirar proveito, etc., eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

lembro-lhes sempre, não, vocês estão enganados, no fundo é um sentimento de serviço, uma vocação de serviço que essas pessoas têm e que muitas vezes sacrificam outras vertentes muito importantes da sua vida, como o seu trabalho, a sua vida familiar, o seu bem-estar social, para servir os outros, tirando disso, do próprio ato de estar a servir, a satisfação de bem fazer, que é o prémio maior que a maior parte destas pessoas recebe. E, portanto, não se trata aqui da questão da fronteira administrativa, até porque eu quando passo de Belazaima para Castanheira não vejo marcada nenhuma linha no chão que me impeça de passar de um lado para o outro, felizmente. Há sítios no mundo onde não é assim. Assim como nós tivemos um processo que ao contrário do que diz esta proposta e que diz a proposta de Aguada de Baixo e de Barrô, não foi ditado externamente, é, é importante que fique explícito que há uma ambiguidade implícita naquilo que está presente nestes documentos e que nós não podemos admitir. É que nós somos um órgão da periferia da administração do Estado e nós não podemos escrever mentiras nos documentos oficiais. Não foi a Troika que exigiu que fizéssemos a revisão das fronteiras administrativas ou agregações das Freguesias. Os documentos, o memorando de entendimento feito com a Troika foi uma negociação conduzida pelo governo português com os nossos credores externos para atenderem a uma situação de emergência financeira que nós vivíamos. E segundo me parece nunca ninguém veio em concreto dizer que foi a Troika ou quem foi da Troika que obrigou a fazer esta revisão, até porque em termos financeiros ela, de facto, não tem grande impacto, como é bem dito nos documentos. Estejam atentos porque esta, tanto quanto sei e me foi dito, mas eu não estava lá, não presenciei, não posso jurar, foram os responsáveis portugueses pela negociação que colocaram esta questão no memorando de entendimento. E não o colocaram com desacordo das outras forças políticas, entre as quais o CDS, que nas eleições subsequentes receberam 80, mais de 80%, creio que 86% do voto popular, para aplicar o tal memorando. E estas forças foram o CDS, o PSD e o PS. E, portanto, por essa via está legitimado o tal memorando de entendimento e aquilo que lá está inscrito, porque esses partidos comprometeram-se a cumpri-lo. E, portanto, também não colhe a tese de que isto foi imposto sem qualquer consulta popular. Na vossa união de Freguesias estes partidos, eu já nem me lembro dos resultados, mas imagino que devem ter tido uma expressão muito significativa. E isto era, era, nessa altura em dois mil e onze, era uma questão que estava na frente do debate político, não estava nas traseiras, como aconteceu agora nestas eleições autárquicas, em que os senhores sabem que nenhum partido escreveu nos seus panfletos que iria fazer a desagregação das Freguesias. E esta é que é a questão. É que nós temos de virarmo-nos para os problemas e tratar deles com seriedade e com respeito uns pelos outros e não dizer umas coisas e calar outras.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Peço que conclua, Sr. Deputado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Sr. Presidente, eu ia-lhe pedir um pouco de paciência, não, não pretendo voltar a intervir e, portanto, gastaria todo o tempo neste momento para ler uma declaração de voto que depois será aqui posta, mas que eu quero que fique em ata porque ela também traduz o nosso sentimento e a nossa posição em relação à desagregação da União de Freguesias de Aguada, de Barrô e Aguada de Baixo e tem apenas e tão só a ver com uma questão prévia. É que nós não acreditamos que o fundamento invocado para a desagregação seja juridicamente válido e, portanto, passo a ler: -----

-----”Tal como ocorreu com a proposta de desagregação da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, esta proposta de desagregação União de Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão é feita por recurso ao procedimento especial simplificado e transitório previsto no artigo 25º da Lei número 39/2021, que no seu número um especifica que agregação de Freguesias pode ser corrigida “se fundamentada em erro manifesto e excecional que cause prejuízo às populações”, e desde que cumpra os critérios previstos nesse mesmo diploma.”-----

----- Argumentam os proponentes que a agregação das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão constitui um manifesto erro legislativo que não resulta da vontade popular, mas sim de uma imposição externa. -----

----- Em primeiro lugar, importa explicitar que a agregação das Freguesias foi feita segundo a Pronúncia desta Assembleia Municipal, realizada nos termos e nos prazos previstos na Lei número 22 de dois mil e doze, com um amplo debate, com respeito pelos pareceres válidos nos termos da lei, emitidos pelas Assembleias de Freguesia, e que foi aprovada com os votos de 58% dos membros da Assembleia, entre os quais de 68% dos Presidentes de junta então aqui presentes. -----

----- Em segundo lugar, importa recordar que este processo foi conduzido com a preocupação de encontrar uma solução global, equilibrada e harmónica para o conjunto do Concelho, do que resultou a sua reorganização em uma Freguesia urbana, a sede, oito semi-urbanas, as da área mais litoral e dois rurais, isto no tempo, no termo da antiga tipologia do INE que é mais fácil de explicar e compreender pelas pessoas.-----

----- Por fim, na proposta de desagregação ora em apreço, não se encontra fundamentação suficiente que a agregação das Freguesias constituiu “erro manifesto e excecional que cause prejuízo às populações”, designadamente pela razão invocada, de ser agora menor o número de membros eleitos para os órgãos Executivo e deliberativo, nem que os eventuais prejuízos evocados para justificar a desagregação, a existirem, não decorrem, tão só e apenas, da gestão realizada nos dois últimos mandatos autárquicos. Dando apenas dois exemplos, embora muitos mais haja pelo país fora, mas dois exemplos que nos dizem diretamente respeito, ilustrativo de Uniões de Freguesias do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nosso Concelho, geridas por equipas eleitas nas listas do CDS, embora muito mais se possa encontrar, digo, na União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba, que tem a mesma densidade populacional e com território e características sócio demográficas semelhantes aos da União que se pretende agora desagregar, não houve nenhuma proposta de desagregação e não consta que haja insatisfação significativa com a agregação ou com a gestão realizada pela junta, cujo Presidente foi reeleito com maioria absoluta. Na União de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, que tem o triplo da população e recebe menos meios de que a união que se pretende agora desagregar também não houve nenhuma proposta de desagregação e não consta que haja insatisfação significativa com a agregação ou com a gestão realizada pela junta, cujo Presidente também foi reeleito com maioria absoluta. Como tal, não nos parece que a proposta de desagregação da União de Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão, como se encontra formulada preencha os pressupostos do procedimento especial simplificado e transitório previsto no artigo 25º da Lei número 39/2021, pelo que não a podemos aprovar. Claro está que esta Assembleia pensando de outra forma, e aprovando esta proposta, ela será submetida ao Parlamento. Ora quem fez a lei foi o Parlamento, nada, nem melhor ninguém para interpretar o espírito em que esta lei foi feita, e este enquadramento que aqui se explana do erro manifesto, ser interpretado pelo Parlamento e, portanto, pela nossa parte não cumpre. O Parlamento pode ter outro entendimento, e nós naturalmente respeitaremos sempre aquilo que seja decidido pelos órgãos da administração pública e democrática. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Antes de, tenho um pedido mais uma intervenção pelo Sr. Deputado Paulo Tomás, mas antes disso eu tenho de colocar à consideração, e o Deputado Humberto Moreira também, porque já passa da meia noite e como sabem nos termos, muito obrigado, para ficar a constar, muito obrigado. Nos termos do artigo 20º do Regimento, portanto, e porque estamos ainda em dia de semana, entre segunda e quinta, portanto, vou colocar à consideração da Assembleia, portanto, o prolongamento desta sessão por mais uma hora, porque eu julgo e estou convicto de que nós conseguiremos terminar a ordem de trabalhos e dávamos por encerrados estes trabalhos. E assim pergunto se alguém vota contra? Alguém se abstém? Portanto, Doutora Olívia Passos? Doutora Olívia Passos, eu também me abstinha, mas...-----

----- **Deputada Olívia Passos:** Parece que não tem julgamentos amanhã.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Eu também me abstinha, mas vamos acabar. Muito obrigado, vamos então continuar os trabalhos. Sr. Deputado Paulo Tomaz, faz favor.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Sr. Presidente, senhores membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Silêncio, por favor.-----

----- **Deputado Paulo Tomaz:** Caros conterrâneos aguedenses e muito especialmente aos Fregueses da União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão aqui presentes e que nos acompanharão à distância e os que nos verão depois. Neste âmbito o Partido Socialista manterá a posição que adotou quanto a outras propostas de desagregação de Freguesias, que aqui foram trazidas na última reunião da Assembleia Municipal. Esta Junta desta União de Freguesia é governada pelo Partido Socialista, consideramos que é uma governação exemplar, consideramos que o Presidente Martins se esforça, às vezes para lá até do que, do que, da obrigação que teria, para que o serviço que presta e o serviço que a junta presta chegue ao máximo a todas as comunidades, a todos os lugares, sabemos que é difícil, sabemos que poderá, com certeza, haver falhas, em todo o caso não deixamos de considerar que poderiam existir algumas vantagens na continuidade desta agregação. Consideramos que, seja ao nível do território, seja ao nível da identidade, seja ao nível dos desafios, dos problemas e também das potencialidades, que há, de facto, uma mancha comum importante entre estas três Freguesias, todavia, todavia, recordamos também como este processo aconteceu, e parte do que, do que o Deputado Miguel Oliveira do CDS disse merece a nossa concordância, outra parte não concordamos que tenha sido exatamente assim. Em todo o caso, consideramos que na altura não houve o mesmo envolvimento e a mesma reflexão que agora já pôde ter existido, já houve algum debate, a Assembleia de Freguesia pôde reunir, não houve o referendo que se calhar era o que, para estes processos, o Partido Socialista melhor entenderia, em todo o caso há uma decisão da Assembleia da união de Freguesias, que é democrática, que é clara e, portanto, nesta instância o Partido Socialista não vai contrariá-la. Haverá uma outra instância, que tomará uma decisão que nos foge a todos neste Município, não é? Portanto, todos nós não sabemos como será a final. Em todo o caso, caso ela, esta desagregação venha a concretizar-se quando isto for debatido futuramente, daqui a bastante tempo, não sabemos quando, na Assembleia da República e se o desfecho final for a desagregação, os nossos votos são de que tudo corra bem, que os laços de amizade não se percam e que o trabalho que foi possível e as pontes que foram possíveis criar que não se quebrem também, e as populações dessas Freguesias desunidas nessa altura, se tal acontecer, continuarão a contar, naturalmente, com o Partido Socialista. Portanto a nossa posição global será a de abstenção.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Ora bem esta questão, desta união de Freguesias em particular e noutras, naquelas que vieram a aqui, nomeadamente Barrô, Aguada de Baixo, Águeda e Borralha, disse que, pronto, não tinha nada a ver com aquilo que as pessoas opinavam, esta é a minha Freguesia, a que me viu nascer, aquela onde eu vivo grande parte do tempo e não posso dizer, nem demitir-me, que não tenho nada a ver com isso ou que a minha opinião pode não contar, mas é válida para mim e é algo que, que me toca. E antes de começar, Miguel, Miguel, por exemplo, no Préstimo Macieira, foi o exemplo que utilizaste, mas Macieira não cumpre os critérios para pedir, portanto não poderíamos ir por aí, a exemplo de outras no nosso Concelho. Portanto, é um não assunto. Portanto, isto, enquanto que aqui nestas três Freguesias, ex-Freguesias, todas elas cumprem, algumas à pele, sabemos, mas cumprem. Portanto, o exemplo, e quando comparamos uma União de Freguesias destas às vezes fazemos aqui algumas pontes. Águeda tem, é extremamente heterogénea e as nossas Freguesias serranas têm características que provavelmente terão paralelo com Concelhos e algumas Freguesias do interior de Portugal, mais remotas. Portanto temos uma zona bastante mais, com particularidades e quem lá vive, e eu falo com essa propriedade, porque passo lá muito tempo, temos noção de algumas coisas que às vezes quem não vive lá e só lá passa ou vai lá em dia de festa, tem algumas dificuldades em, em entender. E para que percebam como é que este processo surgiu, que não tive qualquer espécie de iniciativa obviamente, mas o que é que sustentou tudo isto. Houve um movimento popular com a recolha de assinaturas, estamos a falar de cerca de trezentas assinaturas no universo de Belazaima do Chão, que nas últimas eleições votaram trezentas e sessenta ou trezentas e setenta, agora não sei, votantes nas mesas de voto. Quando nos chega à mão um requerimento sustentado daquela forma, não... é a vontade popular no estado puro completamente suportado por uma lei que foi criada. Não vamos discutir a forma, não interessa, ela já nos chegou assim. E nós, enquanto agentes políticos, e neste caso como elemento da Assembleia de Freguesia, e quando nos chegou, como agentes políticos, quando aquilo nos chega à mão temos uma obrigatoriedade, digamos, uma, é uma missão em que temos em dar provimento a uma vontade popular, de uma forma tão cabal e não nos deixa qualquer tipo de dúvida daquilo que temos de fazer. Se me pergunta a minha opinião pessoal, tenho motivos para querer, motivos para não querer, todos eles serão válidos, assim como os argumentos dos meus colegas aqui de outros grupos municipais para quererem e para não quererem, mas a força popular muitas vezes, há épocas, isto é cíclico, em que tem que haver mudanças, às vezes não sabemos, nunca saberemos se elas serão para melhor, se serão para pior, algumas podemos antever alguns cenários, outros não, mas existem particularidades nestes territórios que são... que são inultrapassáveis. Vou-vos dar um exemplo da Guistelinha à Belazaima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

são cerca de doze quilómetros, dali de Travassô a Aveiro são para aí quinze, portanto, isto só por si, estamos a falar às fronteiras, só por si, diz muito daqueles territórios. Eu não imagino o Martins, assim como o Vasco, o Vasco provavelmente tinha, pronto, estava em Belazaima se calhar passava lá mais tempo, o Martins agora também pode ter uma vida um bocadinho mais desafogada, mas eu não imagino, imaginem a correria dele se estiverem a decorrer trabalhos na Guistelinha, na Serra de Baixo e ainda tiver que ir a Águeda tratar de questões particulares, eu, ao fim de uma semana, vejo a vida de um Presidente da Junta num território daquele tamanho, do ponto de vista da... laboral e em termos de integrar todos os meios da Junta de Freguesia é difícil, é desumano. E aquilo que nós vamos sentindo, e que fomos sentindo ao longo destes oito anos, eu enquanto, digamos, freguês, é que as pessoas queixavam-se, queixavam-se, “É pá eu não vejo o Presidente da junta.” Na Castanheira queixam-se que não viam o Vasco, se calhar agora em Belazaima queixam-se que não veem o Martins, em Agadão queixavam-se, mas, portanto, isto não é um queixume nem é nada contra aquilo, é aquilo que eu me apercebo, é a opinião popular, não é nada contra os agentes políticos daquela zona, é mesmo uma questão funcional, e neste caso, disfuncional. E isso obviamente que do ponto de vista da preocupação que tenho com estes territórios e com a desertificação, é que as pessoas, o que as pessoas pedem lá é uma coisa muito simples: proximidade, proximidade com o Presidente da junta, pá, que vão limpar aquela ervinha em frente à porta, que os caminhos estejam limpos para poderem ir visitar, ver os seus terrenos e apagar os incêndios no verão, ninguém pede aeroportos, estações de comboio, nada. E isso, até isso às vezes é difícil de, de gerir, portanto, quando esta proposta chegou mereceu o nosso acolhimento e da generalidade dos elementos, independentemente depois os sentidos de votos serem diferentes, mas é algo que não poderíamos fugir e teríamos que abraçar, e da minha parte e da parte do nosso Grupo Municipal a vontade foi não obstaculizar e inclusive dar todo o apoio do ponto de vista do que as pessoas necessitem para poderem dar este passo para que daqui a algum tempo, independentemente do desfecho ser ele positivo, negativo, é algo que não me preocupa neste momento, assim como os argumentos que o Miguel elencou aqui, alguns são válidos, outros são, para mim, alguma semântica, portanto, mas não poderíamos ficar com este fardo na mão e dizer não fizemos nada, não demos seguimento à vontade das pessoas e depois acusarem-nos de sermos, pá, passivos, não. O mundo pede mudança, as pessoas pedem mudança, e da nossa parte não vamos obstaculizar isso e vamos apoiar a que as coisas corram de acordo aquilo que deve ser a lei, a legalidade e acima de tudo a vontade do povo, desde que ela não ultrapasse aqueles limites da democracia que todos nós conhecemos, o que não é o caso, portanto, da parte do nosso Grupo Municipal o voto será obviamente favorável, não há disciplina de voto, obviamente, como nunca houve, mas apelo a todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que tenham esse sentido de responsabilidade, e que saibam interpretar nas vozes do povo e na vontade do povo aquilo que é mais importante. A democracia serve para isso e não temos o direito muitas vezes de castrar algumas coisas que nos chegam, porque não haverá força mais importante do que a força do povo e eu enquanto habitante de Castanheira de Vouga, Belazaima e Agadão, daquela união de Freguesias, não deixarei de ter toda a envolvente nem ninguém terá e terão de continuar a viver em conjunto, mas isto toca-me e eu confesso, é raro, mas estou nervoso neste tema, porque muitos de vocês falam e vêm aqui falar mas não fazem a mínima ideia do que é que é, do que é que são estes territórios, e às vezes até brincávamos com isto, que alguns só lá iam de 4 em 4 anos, em época de eleições, e é verdade. Aquilo tem muitas particularidades e não merecemos que não nos oiçam nesta altura, e eu agora falo enquanto habitante e não enquanto Deputado Municipal, portanto, peço-vos, sejam responsáveis, votem em consciência, depois o resto, o futuro ditará. Tenho dito, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, eu queria atender ao seu pedido, mas o senhor esgotou e foi para além do tempo, acredite, talvez não tenha essa noção, eu admito. Não leve a mal. -----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Sr. Presidente, ficou claro para si que nós não somos contra a desagregação.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Não, não, não. Que se, que vão abster. Já explicou Sr. Deputado. -----

----- Ouça, faça favor. Não, a sério, não tem problema nenhum, não tem problema nenhum. Ouça, nós já estamos atrasados e já, faça favor.-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Peço desculpa Sr. Presidente, é só para dar um esclarecimento. É verdade que a situação da Freguesia de Macieira de Alcoba é diferente por ter menos população, no entanto, é um não assunto em Macieira de Alcoba. Mais depressa encontrará alguém que diz mal da ação do Presidente da Junta do que alguém que diga mal da União de Freguesias. Percebe? É esta a diferença. É isto que eu quero dizer que é o contraste. E para que fique claro, antes de nós nos pronunciarmos se somos a favor ou contra a desagregação, é preciso saber se tal como está formulada a proposta cumpre o preceito legal, e a nossa opinião é que não cumpre. Espero que isto fique claro, a nossa questão é que ela é baseada numa disposição legal que está interpretada, a nosso ver, de forma errada. O Parlamento da República pode-nos desmentir e dar razão então à pretensão da população. Nós aceitaremos essa decisão. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.---

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Sr. Presidente, caros Deputados, certamente a minha opinião irá ser muito controversa com as opiniões daquilo que tenho vindo a ouvir até este momento, mas ainda assim, mantenho a coerência da Assembleia Municipal anterior em que se propôs as desagregações das anteriores Freguesias. Por uma questão de convicção irei votar contra este, este, esta medida, não porque, não porque não respeite a opinião das pessoas que vivem e que efetivamente, como disse o Humberto e bem, conhecem a sua, a sua Freguesia como ninguém, mas sim porque a mim, enquanto Deputado, tenho que olhar para o Município como um todo e não para aquela Freguesia em específico e considero que o trabalho que foi feito com as agregações de Freguesia trouxeram um ganho substancial. Julgo que com a desagregação todas as Freguesias vão perder essa capacidade de trabalho, vão perder esse mesmo ganho, e, por conseguinte, entendo que se deve manter a agregação como ela está e penso também que aquilo que deveríamos estar aqui a discutir não será a desagregação, mas sim se nós agregámos como é que podemos melhorar este processo. É para mim inconcebível que na Freguesia de Águeda o Presidente da Junta possa estar a tempo inteiro e depois na Freguesia de Belazaima, Castanheira e Agadão um Presidente de Junta esteja a meio tempo. É humanamente impossível, é logisticamente impossível ele conseguir estar em todo o lado. E, portanto, aquilo que eu julgo que nós temos de pensar é, depois desta agregação como é que nós podemos melhorar e operacionalizar a gestão das Juntas de Freguesia. E não podemos confundir aqui outra coisa que é, eu penso, é a minha opinião, obviamente, que estamos aqui a confundir aquilo que é a gestão política, aquilo que é a gestão administrativa, com aquilo que são as culturas de determinado território, com aquilo que são as origens e as tradições. Isto é mais da área cultural, é mais da área associativa e não tanto do poder político. Penso que devemos de pensar também nas formas e debater também as formas de financiamento. Nós não podemos agregar as Freguesias por este país fora e manter os mesmos critérios de financiamento, porque eles não são funcionais. Julgo também que, e mais uma vez reitero aquilo que disse, tenho que olhar em consciência para este processo na qualidade de Deputado Municipal e pensar acima de tudo no ganho do Município. E eu penso que enquanto Município ganhamos mais se formos maiores e mais fortes. Quero também deixar aqui uma pequena ressalva de que, por vezes, e o ditado não fui eu que o inventei, a malta acaba por querer dividir para reinar. Neste momento temos um Executivo, se houver desagregação vamos ter, certamente, três Executivos e pode por trás, às vezes destas mobilizações populares, não estou a dizer que seja o caso daqui, haver alguns ímpetos, dalguns desejos de se poder chegar a Presidente da Junta e a coisa até ser mais fácil se a Freguesia for mais pequena e, portanto, acho que o umbigo de cada um não se deve sobrepor aquilo que é o interesse coletivo. Muito obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Terminaram as intervenções presumo eu. Vamos então avançar para a votação do ponto 2.4. -----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com 17 votos a favor (16 do Juntos PSD/MPT e 1 do PS), 7 votos contra (5 do CDS, 1 de Juntos PSD/MPT e 1 voto do Deputado independente) e 7 abstenções do PS, a proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei.-----

----- **2.5 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação do Protocolo de Colaboração n.º 85/2022, aprovado pelo Executivo Municipal a 17 de fevereiro de 2022 e pela Assembleia Municipal de Águeda, a 25 de fevereiro de 2022, e celebração de Contrato Interadministrativo com a Freguesia de Macinhata do Vouga;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente da Câmara, quer explicar o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, muito simples, trata-se de uma deliberação e de uma proposta feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia no sentido de alternarmos, revogarmos uma decisão, portanto, aqui tomada, de, de financiamento e, a exemplo do que se tem vindo a fazer, atendermos a outras, outras prioridades mencionadas pelo Sr. Presidente, e, portanto, é exatamente assim que estamos a propor a redação deste, deste protocolo. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente? Inscrições para o ponto o Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. Sr. Deputado Paulo Tomaz, tinha pedido primeiro?-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente, apesar de estarem ligados, nós acreditamos que poderiam ser separados os pontos, na seguinte medida, a revogação não nos parece oferecer dificuldades, em todo o caso quando nós vemos o contrato que aqui quer celebrar-se, eu não sei se o Executivo teve ocasião de hoje rever o que o que lá diz, mas estamos a falar aqui de uma quantidade prazos que são impossíveis de cumprir até ao dia vinte, ou seja, fala-se aqui de prazos como 15 dias antes do início da obra, como... ou seja tem aqui imensas coisas escritas, que efetivamente já passou essa data, portanto, é ilegal, não, não podemos votar o segundo contrato, basta pegarmos e vermos o que aqui está escrito. Portanto, eu penso que a Câmara, não sei se foi alertada hoje pelos Vereadores, segundo me disseram sim, acredito que o Sr. Presidente da Câmara queira retirar o contrato, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

a não ser que eu esteja mesmo redondamente enganado, ele é ilegal, e a Câmara Municipal está a propor um contrato ilegal à Assembleia Municipal.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção? Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, a questão da ilegalidade não se coloca, a da exequibilidade pode vir a colocar-se, portanto, da ilegalidade, não.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Portanto se bem percebi o Sr. Presidente? disse a questão da ilegalidade não se coloca, poder-se-á vir a colocar?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Poderá colocar-se, pode não ser possível executá-lo. Isso sim.-

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Sr. Presidente, em primeiro lugar que se torne claro que nós defendemos que esta verba venha a ser transferida para que Macinhata possa fazer os trabalhos e executar aquilo com que está comprometida. Não temos nada, nenhum problema. O nosso problema tem a ver com a redação do clausulado, que nos parece também não estar devidamente adaptado ao facto de ter havido uma alteração do contrato, e as datas não serem coincidentes. E vou dar um exemplo muito específico: na página 4.10 do contrato, atenção que o contrato está no anexo 3, não é o anexo 1, o anexo 1 é aquilo que se revoga. O anexo 3, cláusula 3ª diz: “Obrigação da segunda outorgante, portanto, da Junta de Freguesia, alínea f) comunicar ao primeiro outorgante com uma antecedência de quinze dias o início dos trabalhos objeto do presente contrato, e melhor identificados na cláusula 1ª, bem como a duração previsível dos mesmos.” Ora estamos no dia quinze de, já não, dezasseis de dezembro, correto? Diz aqui a alínea i) “Comunicar a conclusão da execução dos trabalhos objeto do presente contrato até vinte de dezembro de dois mil e vinte e dois.” É impossível. vinte de dezembro é terça-feira, salvo erro. Nós estamos na sexta-feira. Portanto, a, a Junta de Freguesia não consegue comunicar com uma antecedência de quinze dias o início dos trabalhos. É impossível. É simplesmente impossível. Estas e outras disposições, pelo facto do prazo aí inscrito ser vinte de dezembro estão completamente inviabilizadas quando nós estamos no dia quinze de dezembro a fazer esta aprovação. A não ser que as obras já estejam executadas, eu espero que não, porque aí nem sequer caberá. Caberá o contrato, aí a coisa será pior. Mas é manifestamente, parece-me que é um lapso, Sr. Presidente? Faço-lhe este apelo, nós não queremos votar contra isto, nós não costumamos votar nunca, costumamos aprovar sempre os contratos interadministrativos e os apoios às Juntas de Freguesia, achamos que é importantíssimo, pelas razões que ainda há pouco aqui, aqui estive a dizer, e queremos ajudar, mas não podemos fugir do quadro, daquilo que nos parece próprio e legal. Portanto aquilo que nós solicitávamos é que fosse retirado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

este ponto e nós procuraremos ao máximo contribuir para ajudar, poderá ser em janeiro, poderá ser em fevereiro, se for possível. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, posso?-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Paulo Tomaz. Sr. Presidente, só um minutinho, já agora, depois responde a tudo.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Portanto, proponho retirar a proposta.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Ó Sr. Presidente, de todo o ponto? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sim, sim.-----

----- **Presidente da Assembleia:** De todo o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Do ponto todo. -----

----- **Presidente da Assembleia:** De todo o ponto.-----

----- **Deputado Paulo Tomaz:** Em todo o caso eu continuo a querer fazer a minha intervenção. Posso?

----- **Presidente da Assembleia:** Faz favor.-----

----- **Deputado Paulo Tomaz:** Então, Sr. Presidente, nós, de facto fiquei um pouco estupefacto há pouco por parecer-me que o Executivo ia prosseguir, e queria sublinhar o seguinte no fundo, porque há pouco, no fundo, era apenas aqui uma intervenção algo procedimental, naturalmente, nós queremos que este contrato aconteça, queremos que a população de Macinhata beneficie deste contrato, e não é isso que nos, não é ser contra isso que nos motivou, motivou-nos de facto ajudar a Câmara Municipal a que não, por lapso, leve esta Assembleia Municipal a votar uma perfeita ilegalidade que, até para um leigo, basta ler o que o Deputado Miguel Oliveira leu agora e perceber que é o que foi lido, é o que foi lido. Por outro lado, queríamos apenas aproveitar para sublinhar o mérito que poderia ter haver mais plurianualidade e mais antecipação deste tipo de contratos com as Juntas de Freguesia. Continuamos a considerar, e sabemos que nem sempre assim é possível, mas em muitos casos será, haver uma maior antecedência na celebração deste tipo de protocolos, e na medida possível serem celebrados para um conjunto de projetos que se estendam por mais do que um ano. Isto permite às Juntas de Freguesias trabalharem melhor, sem, sem estarem, no fundo, a correr num, num... numa enorme pressão muitas vezes para finalizarem as coisas e à Câmara Municipal a mesma coisa. Isso beneficia as populações, portanto, nem imaginávamos que a Câmara Municipal, quer dizer, é um lapso com certeza, mas queríamos deixar sublinhado para que não fosse entendido que estávamos contra este apoio, antes pelo contrário.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, só para esclarecermos e para que não fiquem dúvidas. Quando este protocolo, este acordo, é levado à reunião de Câmara naturalmente que a questão dos prazos não se colocava, mas naturalmente temos este delay relativamente à Assembleia Municipal, mas que fique absolutamente claro, porque às vezes é importante nós medirmos bem as palavras, não há aqui nenhum ato ilegal, a execução disto é que não é possível, ok? Agora se alguém aqui votasse não estava aqui a constituir nenhuma ilegalidade, no dia de hoje estar a votar isto. Que fique absolutamente claro. Não era exequível, porquê, mas a responsabilidade da execução que passava a seguir não havia aqui nenhuma constituição de ilegalidade, nenhuma. Não era possível executá-la, agora era diferente. Não, é só para questão, e vamos, vamos aqui ser absolutamente claros, portanto neste... no momento em que foi elaborado o protocolo naturalmente nessa altura estávamos longe de marcarmos esta Assembleia para este dia, portanto, isso, as coisas é que acontecem, só por aí. Claramente. É só para explicar, só para explicar. Muito obrigado Sr. Presidente, está retirado o ponto.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, muito obrigado, o ponto fica retirado e eu acho que é perfeitamente entendível que foi essa a explicação, não haverá outra, não há aqui mais que escamotear a situação, pena é que não, não seja possível colocada a votação e, e ser aprovada porque era essa a ânsia, a ânsia de todos, certamente da Freguesia e de todos nós. Muito bem, muito obrigado. -----

----- Tendo sido retirado o ponto 2.5, de imediato se passou ao ponto seguinte da ordem do dia. -----

----- **2.6 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação das deliberações tomadas pelo Executivo Municipal, a 23 de junho de 2022, e pela Assembleia Municipal de Águeda, a 30 de junho de 2022, que aprovaram a proposta de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Freguesia de Aguada de Cima, para atribuição de apoio financeiro, e aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a Freguesia de Aguada de Cima;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer introduzir o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Sim, Sr. Presidente. Trata-se de uma situação em tudo semelhante à anterior só que neste contrato está garantida a constituição da plurianualidade e, portanto, está sanada esta questão e muito bem e, portanto, não tenho dúvidas nenhuma de que... de que desta forma estamos bem todos, e, portanto, trata-se rigorosamente de uma situação semelhante, naturalmente os objetos são completamente diferentes, também aqui a Freguesia de Aguada de Cima nos confirma que não consegue fazer determinada obra e propõem-se fazer outras, que entretanto, e isto tem sido um processo que, naturalmente, todos nós lamentamos, e agora só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dando uma nota e permita-me só este comentário, eu volto a dizer e a desafiar os Srs. Presidentes de Junta que estarei muito contente se na primeira, para a primeira Assembleia de cada ano nos tragam os projetos para as vossas Freguesias, para, de modo a que nós possamos votar todos. Que não fique, absolutamente claro que o Executivo Municipal não tem responsabilidade nenhuma nesta matéria, bem pelo contrário, entende e tem vindo a arrastar estes processos. Volto a dizer uma coisa muito simples que afinal de contas serve para reflexão para todos nós, efetivamente está difícil de fazer obras porque a disponibilidade de, de trabalhadores para as fazerem, afinal de contas muitas das nossas Freguesias sentem isso verdadeiramente e isto é o reflexo disso. E, portanto, temos de viver desta forma, portanto precisamos de todos nós estarmos mais atentos e começarmos a trabalhar muito cedo, muito cedo, muito cedo, e este é um repto que lanço aos Srs. Presidentes da junta para que muito, daqui a dias possamos estar a discutir aquilo que se pretende fazer efetivamente para o próximo ano, e, portanto, tragam tudo isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguém quer intervir no ponto? Ou posso passar à votação? Vai então à votação.-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de revogação das deliberações tomadas pelo Executivo Municipal, a 23 de junho de 2022, e pela Assembleia Municipal de Águeda, a 30 de junho de 2022, que aprovaram a proposta de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Freguesia de Aguada de Cima, para atribuição de apoio financeiro, e aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a Freguesia de Aguada de Cima. -----

----- **2.7 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para atribuição de Apoio Financeiro;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, por favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, este apoio refere-se a uma solicitação feita pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Recardães e Espinhel, que percebeu que um terreno junto ao cemitério de Casal de Álvaro se encontrava à venda e veio naturalmente ao Executivo ter com, ter com a Câmara no sentido de não deixar e não correr o risco de que este terreno trocasse de mãos num sítio tão sensível. Os valores são 8.500 euros que estão aqui em causa. Foi feito uma avaliação por um avaliador oficial para este terreno, e naturalmente que o Município entendendo completamente estas situações, e dado o carácter absolutamente extraordinário, porquê? Trata-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

indiscutivelmente de uma situação de oportunidade, estamos aqui a propor esta aprovação deste apoio do, da Câmara Municipal à Junta de Freguesia para aquisição deste terreno.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Presidente, muito obrigado.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguém quer interferir no ponto?-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para atribuição de Apoio Financeiro.-----

----- **2.8 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente? algo que queria expor quanto à sua apreciação?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, não. Eu penso que, a informação é extensa [04:05:00] e, naturalmente, que estarei disposto a qualquer tipo de esclarecimento que seja solicitado. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Srs. Deputados? Algum esclarecimento? Alguma intervenção no ponto? Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor.-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

----- “Ora, neste ponto eu só queria fazer duas questões, uma basicamente. Se iremos ter, face ao orçamento que foi feito de cinquenta e um milhões e temos uma execução de vinte e sete, se vamos ter alguma proposta para retificação de orçamento? E quando? Porque se, se não, se não vamos ter que, vou ter que perguntar qual é a execução até novembro? É que estamos a falar de vinte e sete para cinquenta, o Município tem que receber muita receita daqui até trinta e um de dezembro. Não sei quando é que vão, se é que vão fazer e quando? Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, não estamos a prever nenhuma retificação. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Mais algum esclarecimento? Encerramos então o ponto.-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

os trabalhos desta reunião, pelas zero horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: